



**Universidade de Aveiro** Departamento de Educação  
Ano 2011

**Carla Susana Nunes  
Ferreira Vieira**

**Educação e Património Cultural.  
Roteiros para o Ensino em Estarreja**





**Universidade de Aveiro** Departamento de Educação  
Ano 2011

**Carla Susana Nunes  
Ferreira Vieira**

**Educação e Património Cultural.  
Roteiros para o Ensino em Estarreja**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, na área de especialização de Formação Pessoal e Social, realizada sob a orientação científica do Doutor Manuel Ferreira Rodrigues, Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro



## **O júri**

Presidente

**Prof. Doutor Carlos Meireles Coelho**  
Professor Associado do Departamento de Educação, da Universidade de Aveiro

Arguente

**Prof. Doutora Alda Maria Martins Mourão**  
Professora da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Leiria

Orientador

**Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues**  
Professor Auxiliar do Departamento de Educação, da Universidade de Aveiro



## **Agradecimentos**

Reservo o meu maior apreço, em primeiro lugar, ao meu Orientador, Professor Doutor Manuel Ferreira Rodrigues que me fez cruzar novos horizontes; aos professores que caminharam comigo, lado a lado; aos colegas com quem partilhei sincera companhia.

À Dr.<sup>a</sup> Rosa Maria Rodrigues, técnica superior da Casa Municipal da Cultura, pelo apoio na busca de informação sobre Estarreja. Agradeço igualmente aos presidentes e técnicos das juntas de freguesia do concelho de Estarreja por toda a cooperação nesta tarefa de inventário do património municipal.

Um agradecimento especial é devido à Rosário, minha companheira de luta, que me acompanhou em todos os momentos e a quem agradeço a leitura do original, as críticas e sugestões.

Por fim, aos meus pais, Lurdes e Manuel, que sempre me deixaram voar... e ao Carlos, pelo amor e orgulho, que sempre li nos seus olhares.

Sem todos vós este trabalho não seria possível...



## Palavras-chave

Educação, Património Cultural, Ensino, Estarreja

## Resumo

Partindo do reconhecimento de que é muito deficiente a educação escolar para o património cultural e de que são diversas as ameaças da pós-modernidade à preservação da nossa herança material e espiritual, com o presente estudo perseguimos dois objectivos essenciais: reflectir sobre a evolução recente dos conceitos de património cultural e apresentar algumas propostas para uma educação patrimonial em contexto educativo, sob a forma de inventário, partindo da situação em que se encontra o património o Município de Estarreja.

Apesar de existir um programa geral, contemplado, tanto na *Lei de Bases do Sistema Educativo* (1986), como nos programas da área de *Estudo do Meio* (1.º Ciclo), nas disciplinas de *História e Geografia de Portugal* (2.º Ciclo) e *História* (3.º Ciclo) – e estranhamente só nestas –, na verdade, não há um programa de educação patrimonial de incidência local ou regional. As escolas, enquanto espaços de transmissão (da herança científica e cultural) e de descoberta (de caminhos novos), deverão ser praças da cidadania e estar atentas, tanto à educação científica, como à educação para o património natural e cultural. Nunca poderão estabelecer um profícuo relacionamento com o meio em que se inserem se o olhar dos seus alunos e professores for ignorante fora do estrito espaço físico delimitado pelos seus muros.

Cabe às escolas, às autarquias, às associações e colectividades, em conjunto, construir um programa de educação patrimonial local, no sentido de resgatar memórias, de afirmar (e reconstruir) identidades, de preservar gestos e saberes, relegados para o buraco negro do esquecimento pela inexorável força centrípeta de Cronos, pelo ímpeto autofágico das tecnologias da globalização, pela velocidade das mudanças, pela pressão autoritária do presente.

Nessa medida, esta dissertação constitui um contributo para um inventário do património cultural de Estarreja, oferecendo igualmente sugestões de actividades que, também de forma lúdica, possam formar cidadãos conhecedores das suas raízes, conscientes dos desafios da preservação material e espiritual, para assim saberem opor, a um tempo cronológico, devorador e vazio, um tempo cairológico, um tempo de encontros, de amizades, de memórias partilhadas, um tempo de criação, um tempo que, como diz João Maria André, “permite a compreensão da historicidade como acontecimento da liberdade”.

Como se poderá ver, as actividades sugeridas e os materiais produzidos visam essencialmente as faixas etárias dos alunos do Ensino Básico – expressão que, por razões de limitação dos caracteres do título desta dissertação, foi amputada –, mas não será difícil construir propostas inovadoras para todos os alunos.



**keywords**

Education, Heritage Cultural, Teaching, Estarreja

**abstract**

Recognizing that school education is very poor of cultural heritage and are several threats of postmodernity to the preservation of our material and spiritual heritage, the present study pursued two main objectives: to reflect on recent developments concepts of cultural heritage and present some proposals for a heritage education in the educational context, in the form of inventory, based on the situation in which the property is the municipality of Estarreja.

Although there is a general program, included in both the *Lei de Bases do Sistema Educativo* (1986), as in programs in *Estudo do Meio* (1.º Ciclo), in the disciplines of *História e Geografia de Portugal* (2.º Ciclo) and *História* (3.º Ciclo) - and strangely only in these - in fact, there is a heritage education program for local or regional impact. The schools, as spaces of transmission (the scientific and cultural heritage) and discovery (new paths) should be squares of citizenship and be alert both to science education, as education for the natural and cultural heritage. They can never establish a fruitful relationship with the environment in which they live if the look of their students and teachers is ignorant outside the narrow space enclosed by its walls.

It is up to schools, municipalities, associations and communities together to build a local heritage education program, to recall memories, to say (and rebuild) identities, gestures and preserve knowledge, relegated to the black hole of oblivion the inexorable centripetal force of Cronos, the impetus of autophagic technologies of globalization, the speed of change, the pressure of this authoritarian.

As such, this work is a contribution to an inventory of cultural heritage of Estarreja also offer suggestions for activities, also in a playful, knowledgeable citizens can form their roots, conscious of the challenges of preserving material and spiritual, in order to know opposing to a chronological time, devourer and empty, right time, a time of meetings, friendships, shared memories, a time of creation, a time that, as says João Maria André, "gives an understanding of the historicity as an event of freedom".

As we can see, the suggested activities and materials produced are essentially aimed at the age of the students of basic education - an expression which, for reasons of limiting the characters of the title of this dissertation was amputated - but will not be difficult to build innovative proposals for all the students.



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I. PATRIMÓNIO CULTURAL, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>19</b>
1. MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE E PATRIMÓNIO .....	19
1.1. O conceito de Património na Modernidade.....	19
1.2. Pós-modernidade: do “fetichismo do património” ao “fetichismo da técnica” .....	20
2. PATRIMÓNIO CULTURAL E IDENTIDADE .....	22
2.1. Património – lugar de memória e de identidade .....	22
2.2. Do Património aos patrimónios – unidade ou fragmentação? .....	27
2.3. Do Património global ao património local .....	30
3. PATRIMÓNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO.....	31
3.1. “Conservar é lutar contra o tempo” .....	33
3.2. A Animação Cultural do Património.....	36
3.3. Singularidade do Património Cultural .....	37
<b>CAPÍTULO II. EDUCAÇÃO E PATRIMÓNIO EM ESTARREJA .....</b>	<b>39</b>
1. PATRIMÓNIO E MEMÓRIA NA EDUCAÇÃO .....	39
1.1. Não há educação sem cultura .....	39
1.2. Estarreja, uma <i>Cidade Educadora</i> ? .....	42
2. O PATRIMÓNIO CULTURAL EM ESTARREJA.....	44
2.1. Publicações da iniciativa da Câmara Municipal .....	44
2.2. Publicações da iniciativa de associações, colectividades e fundações .....	45
2.3. Publicações da iniciativa de ‘filhos da terra’ .....	45
2.4. Outras iniciativas .....	45
2.5. Inventário do Património associativo e das colectividades .....	46
2.5.1. Freguesia de Avanca.....	46
2.5.2. Freguesia de Beduído .....	47
2.5.3. Freguesia de Canelas.....	48
2.5.4. Freguesia de Fermelã .....	49
2.5.5. Freguesia de Pardilhó.....	49
2.5.6. Freguesia de Salreu .....	49
2.5.7. Freguesia de Veiros .....	50
2.6. Casas, Palacetes e Quintas .....	50
2.6.1. Casas de ‘brasileiro’ .....	50
2.6.2. Casa dos Morgados de Santo António da Praça (Casa Municipal da Cultura) .....	52
2.6.3. Casa-Museu Solheiro Madureira (Fundação Solheiro Madureira) .....	53
2.6.4. Casa-Museu Egas Moniz (CM de Estarreja) ou Casa do Marinheiro .....	54
2.6.5. Casa dos Leites (actual Biblioteca Municipal, CM de Estarreja).....	55
2.6.6. Cine-Teatro de Estarreja (Câmara Municipal de Estarreja).....	56

2.6.7. Edifício dos Paços do Concelho (Câmara Municipal de Estarreja) .....	57
2.6.8. Casa de S. José do Outeiro de Paredes e Capela .....	57
2.6.9. Casa de Francisco Maria de Oliveira Simões .....	58
2.6.10. Casa da Areosa .....	59
2.6.11. Casa do Calvário .....	59
2.6.12. Quinta da Fonte ou Quinta da Sr. <sup>a</sup> das Dores .....	60
2.6.13. Outros imóveis e conjuntos de interesse local .....	60
1. Freguesia de Avanca .....	60
2. Freguesia de Beduído .....	61
3. Freguesia de Canelas .....	61
4. Freguesia de Fermelã .....	61
5. Freguesia de Salreu .....	61
6. Freguesia de Veiros .....	61
2.7. Património molinológico .....	61
2.8. Património etnográfico .....	63
2.8.1. Festas e Romarias .....	63
2.8.2. Gastronomia e Artesanato .....	63
2.9. Património religioso .....	64
2.9.1. Freguesia de Avanca .....	64
2.9.2. Freguesia de Beduído .....	64
2.9.3. Freguesia de Canelas .....	65
2.9.4. Freguesia de Fermelã .....	65
2.9.5. Freguesia de Pardilhó .....	65
2.9.6. Freguesia de Salreu .....	65
2.9.7. Freguesia de Veiros .....	65
2.10. Património popular .....	65
2.11. Património naval .....	66
2.12. Património natural .....	66
2.12.1. Esteiro da Aldeia .....	66
2.12.2. Esteiro da Ribeira do Mourão .....	67
2.12.3. Esteiro da Ribeira Nova .....	67
2.12.4. Esteiro da Tabuada .....	67
2.12.5. Esteiro das Bulhas .....	67
2.12.6. Esteiro das Teixugueiras .....	68
2.12.7. Esteiro de Canelas .....	68
2.12.8. Esteiro de Beduído .....	69
2.12.9. Esteiro de Salreu .....	69
2.12.10. Esteiro de Veiros .....	70
2.12.11. Esteiro do Nacinho .....	70

2.12.12. Sobreiro centenário.....	70
2.13. BIORIA.....	71
2.14. Percursos .....	71
2.14.1. Percurso de Salreu.....	71
2.14.2. Percurso do Rio Jardim (Canelas).....	71
2.14.3. Percurso do Bocage (Canelas e Salreu) .....	72
2.14.4. Percurso do Rio Antuã (Beduído e Salreu) .....	72
2.14.5. Centro de Interpretação Ambiental (Salreu).....	73
<b>CAPÍTULO III. À DESCOBERTA DE ESTARREJA – ROTEIROS PARA O ENSINO BÁSICO .....</b>	<b>75</b>
3.1. UM ROTEIRO PARA O PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL DE ESTARREJA .....	75
3.2. UM <i>PEDI-PAPER</i> CULTURAL .....	75
3.3. À DESCOBERTA DE ESTARREJA – O JOGO .....	76
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>77</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>81</b>
LEGISLAÇÃO .....	81
BIBLIOGRAFIA SOBRE EDUCAÇÃO E ANIMAÇÃO.....	81
BIBLIOGRAFIA SOBRE AS CIDADES EDUCADORAS .....	82
BIBLIOGRAFIA SOBRE ESTARREJA CITADA E CONSULTADA.....	82
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	84
SÍTIOS DA INTERNET .....	85

## Índice de Imagens

- Imagem 1.** Casa de 'Brasileiro' (Fermelã)
- Imagem 2.** Palacete Rosa (Salreu)
- Imagem 3.** Casa dos Morgados de Santo António da Praça
- Imagem 4.** Casa-Museu Solheiro Madureira
- Imagem 5.** Casa-Museu Egas Moniz
- Imagem 6.** Casa dos Leites (actual Biblioteca Municipal)
- Imagem 7.** Cine-Teatro
- Imagem 8.** Edifício dos Paços do Concelho
- Imagem 9.** Casa de S. José do Outeiro de Paredes e Capela
- Imagem 10.** Casa de Francisco Maria de Oliveira Simões
- Imagem 11.** Casa da Areosa
- Imagem 12.** Casa do Calvário
- Imagem 13.** Casa da Fonte ou Quinta da Sr.<sup>a</sup> das Dores

(Nota: as imagens são da autora)

## INTRODUÇÃO

O título desta dissertação de Mestrado – *Educação e Património. Roteiros para o Ensino em Estarreja* – surgiu, em primeiro lugar, por razões profissionais que me prendiam ao Município de Estarreja e que eu esperava que se mantivesse com a realização deste trabalho. Durante quase seis anos exerci as funções de Técnica Superior de Educação e Animação na Biblioteca Municipal de Estarreja (“Casa dos Leites”), onde concebi e dinamizei o Serviço de Educação e Animação Infanto-Juvenil que primava pela transversalidade a todas as áreas de conhecimento e a todo o município. No entanto, estando já no início desta dissertação, outras prioridades foram tomadas pelo executivo e, com grande desgosto, fui forçada a deixar essas funções. Mas, Estarreja veio comigo no coração, sobretudo as suas gentes, os seus lugares que invocam uma certa nostalgia bucólica que sempre me deliciou. Por outro lado, apesar de nunca ter vivido em Estarreja, há laços que me prendem a esta terra, pois o meu avô paterno era natural de Salreu e eu recordo as suas histórias partilhadas à lareira. Além disso, é uma temática que também me suscita interesse e decidi continuar com este desafio que tanto prazer me deu.

O Concelho de Estarreja pertence administrativamente ao distrito de Aveiro, localizando-se na sub-região do Baixo Vouga e integra-se numa individualidade regional – a Ria. Caracteriza-se pela existência de esteiros e canais em todas as freguesias. Esta influência marinha constitui nela e ao seu redor, uma diversidade de biótopos (águas livres, ilhas com vegetação, vasas e lodos, sapais, salinas e campos agrícolas), com grande importância do ponto de vista ecológico. Todo o território concelhio é recortado por linhas de água, sendo o mais importante o rio Antuã, caracterizado por margens bem protegidas onde se registam, por vezes, declives superiores a 25%, ao mesmo tempo que imprime à paisagem um encanto surpreendente e bucólico, pelas represas e azenhas ao longo do seu curso. Pela sua situação geográfica integra-se na faixa dos climas temperados (Temperatura Média Anual de 14° C) de influência mediterrânea. É limitado pelos concelhos de Ovar, Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha e Murtosa, sendo servido por uma importante rede viária. O município é constituído por sete freguesias: Avanca, Beduído, Canelas, Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros. A sede fica no lugar de Estarreja, freguesia de Beduído. A população é maioritariamente católica, não deixando de existir templos de outras confissões. Existem vários jardins-de-infância e várias escolas do 1.º ciclo disseminados por todas as freguesias do concelho; uma escola básica integrada com Jardim-de-Infância, 1.º, 2.º e 3.º ciclos em Pardilhó; duas escolas do 2.º e 3.º ciclo (Estarreja e Avanca) e uma escola do 3.º ciclo e secundário (Estarreja).

A preocupação com o património, sobretudo natural, tem sido uma preocupação do Município nos últimos anos. Porém, a elaboração deste trabalho revelou um vasto património cultural impossível de conter nestas páginas e que o tempo irá certamente apagar se não forem tomadas medidas de conservação e revitalização adequadas. É de ressaltar o empreendedorismo do município na conservação e recuperação, por exemplo, de imóveis como a Casa dos Morgados (Casa

Municipal da Cultura), a Casa-Museu Egas Moniz, o Moinho de Meias; o destaque dado ao património natural (Projecto Bioria); a edição da revista cultural *Terras do Antuã*; a contribuição das Juntas de Freguesia e das associações/colectividades. No entanto, é de destacar, especialmente, os contributos dos *filhos da terra* que, nascidos, criados ou descendentes, procuram resgatar no tempo memórias que, embora colectivas estão confinadas à memória de particulares. Atente-se, por exemplo, na obra de M. Castro, *Salreu, sua origem e costumes* (2006), cujo interior procura recuperar, entre outros, as cantilenas das mulheres que outrora lavavam no rio, das festas e das romarias.

O trabalho de inventário do património cultural de Estarreja visa contribuir para uma educação patrimonial local. Nas escolas, apesar de existir um programa geral, não há um programa local de educação patrimonial. Esta está exclusivamente confinada a visitas à Casa-Museu Egas Moniz, à Biblioteca Municipal e aos Percursos do Bioria. Para além destes ícones, pouco mais é tido em conta. Aquando da minha deslocação a Beduído para fotografar a Casa da Areosa, questionei, a sensivelmente 500 metros do local, um transeunte sobre a localização deste imóvel, ao que ele me respondeu que apesar de ser natural e viver em Beduído não sabia onde era a Casa da Areosa. Porém, prestável, ainda questionou um vizinho, mais velho, que nos respondeu que nunca tinha ouvido falar dessa casa. Se os membros de uma sociedade desconhecem o seu património, o seu legado do passado – ou não são capazes de o reconhecer, mesmo estando eventualmente na sua presença –, como assegurar a sua sobrevivência, a sua integração no identidade e continuidade? Este trabalho ambiciona ser, ainda que de uma forma sucinta, um inventário do património cultural de Estarreja, como pretende alertar para a sua perecibilidade e para a sua importância no desenvolvimento de cidadãos participativos e conhecedores das suas raízes, preservar memórias e oferecer sugestões de actividades que, de uma forma lúdica, possam potenciar a descoberta, a consciência da preservação e a construção de um programa de educação patrimonial local, algo inovador em Estarreja. Mas o caminho não está completo, nem é pretensão deste estudo o completar.

Este trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo procede-se ao enquadramento teórico centrado nas problemáticas do património cultural, das identidades e do desenvolvimento, o conceito de património, tanto na modernidade, como na pós-modernidade, o património cultural e identidade, o património cultural e desenvolvimento. No segundo capítulo abordam-se temáticas como a educação e o património, expõe-se um inventário do património cultural de Estarreja, reflecte-se sobre Estarreja enquanto *cidade educadora*. Finalmente, no terceiro capítulo sugerem-se três actividades com o objectivo de dar a conhecer e de valorizar o património estarrejense junto do público escolar, apesar da transversalidade das mesmas a todas as faixas etárias. Os materiais produzidos poderão ser rentabilizados para futuros estudos e serem disponibilizados nas Escolas, Juntas de Freguesia, Bibliotecas Municipal e Escolar, Museus, Associações e Colectividades...

## CAPÍTULO I. PATRIMÓNIO CULTURAL, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO

### 1. MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE E PATRIMÓNIO

Numa pesquisa no motor de busca Google verificámos que a palavra *modernidade*, em português, possui 3 140 000 resultados; em francês (*modernité*), 6 320 000 resultados; em inglês (*modernity*), 11 700 000 resultados e em espanhol (*la modernidad*), 3 910 000 resultados<sup>1</sup>. Por sua vez, a mesma pesquisa no motor de busca Yahoo revela resultados ainda mais díspares face aos obtidos no Google. A palavra *modernidade*, em português, possui 405 000 resultados; em francês (*modernité*), 157 000 resultados; em inglês (*modernity*), 2 310 000 resultados e em espanhol (*la modernidad*), 340 000 resultados. Quando a palavra a pesquisar é *pós-modernidade*, em português e no Google, verificamos a existência de 557 000 resultados face aos 313 000 no motor de busca Yahoo; em francês (*postmodernité*), 359 000 resultados no Google face aos 27 800 no Yahoo; em inglês (*postmodernity*), 804 000 resultados no Google face aos 200 000 no Yahoo e em espanhol (*posmodernidad*), 631 000 resultados no Google face aos 163 000 no Yahoo.

#### 1.1. O CONCEITO DE PATRIMÓNIO NA MODERNIDADE

Circunscrever e definir o conceito de *modernidade* é uma tarefa, de acordo com Barbosa (2003: 88), “complexa e extensa”. Vários autores como De Lefèbvre (1962), Jameson (1996), Subirats (1986), Berman (1987), Harry (1992), entre tantos outros, dedicaram-se ao desmontar deste conceito bem como ao que o sucede, a *pós-modernidade*, sem nunca o concluir (Barbosa, 2003). No entanto, tomaremos em conta uma definição sugerida por Barbosa (2003: 88) ao identificar o termo “modernidade como sendo um conjunto de fatores sociais, políticos e culturais marcados pela hegemonia económica, social, política e estético-ideológica da burguesia, num espaço, o mundo ocidental, e num tempo determinado, os últimos quatro séculos vividos pelo Ocidente”. Para o sociólogo Giddens (1992), a modernidade desponta na Europa a partir do século XVII, difundindo-se pelo mundo como um sistema social, económico e mental que, dadas as suas características peculiares, ainda que reconhecidas em séculos anteriores, se apresentam algo inéditas.

A identificação do contexto histórico que determina o desenvolvimento da noção de património remete-nos, segundo vários autores, para duas revoluções: o Renascimento e a Revolução Industrial (Martins, 2007; Lopes & Correia, 2004; França, 1996). A primeira ficará marcada pela ascensão e sucesso da burguesia, pelo mercantilismo e a consequente expansão mundial do comércio que se estendeu de Portugal à Espanha, Holanda e Inglaterra (Barbosa, 2003). O estabelecimento da relação do seu passado material e edificado com a própria civilização ocidental está

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no dia 29 de Março de 2011.

condicionado por acontecimentos históricos que nos levam até à Itália do *Quattrocento*. Numa ruptura com o teocentrismo medieval, e na exaltação de um conjunto de actividades humanas que se tornam objecto de reflexão e estudo, assume-se uma perspectiva histórica e de cultivo do gosto. O Renascimento faz, assim, emergir o passado material das sociedades, das “antiguidades”, numa modalidade de investigação para fins de conhecimento ou de prazer (Choay, 2005).

De acordo com França (1996: 23), “o conceito de património é um conceito que [...] remete para um conceito de História [...] um processo de estruturações sucessivas, ao longo do tempo, naquilo que nos anos 20 ou 30 se chamou as ‘durées’ [...] e, através delas e do seu encadeamento, nós ganhámos uma consciência moderna da História que [...] remonta bem ao século XVII”. No entanto, Jorge (2005: 63) aponta que a “modernidade também se manifesta na vontade assimétrica de construir novo, o que implica *eliminar o antigo*, arrasá-lo, ou então integrar parcelas do mesmo, apenas como referência ou mote, quase irónico, de uma utilidade ou significação perdidas”. Por sua vez, no quadro da Revolução Industrial, as “antiguidades”, face às alterações nos modos de vida, passam a designar-se “monumentos históricos”, com interesse para a história e para a arte, agora protegidas no âmbito museológico. De acordo com Choay (2005) e sem pretensões de emitir juízos de valor, esta atitude etnocêntrica é, até ao início dos anos 60, exclusiva das sociedades da Europa Ocidental sem precedentes noutras culturas ou civilizações. Atente-se, por exemplo, nas Actas das Conferências de Atenas e de Veneza, com excepção desta última que incluiu apenas dois países não europeus, Brasil e Peru, apesar de volvidos trinta e três anos desde a primeira conferência.

## **1.2. PÓS-MODERNIDADE: DO “FETICHISMO DO PATRIMÓNIO” AO “FETICHISMO DA TÉCNICA”**

De acordo com Veloso (2006), a pós-modernidade resulta de uma sociedade pós-industrial, pós-ideológica e pós-política, onde um conjunto de ideias é transformado em entidades neutras, auto-gestadas, impermeáveis como a de mercado, comunidade, tecnologia, multiculturalismo. Por sua vez, Lipovetsky (1993) acrescenta o domínio do consumo, dos meios-de-comunicação, sob o véu da sedução e do efémero que caracterizam a cultura pós-moderna. Nesta linha de pensamento, Jorge (2005: 43-45) adita que a sociedade pós-moderna é marcadamente mercantil, liberal, globalizante, sem fronteiras, fluida, mutável, acelerada, cujo “mundo está para venda [...], é para ser vendido como museu [...], é um imenso centro comercial, que inclui tudo, incluindo os espaços do inimaginável, da experiência única, talhada à dimensão da personalidade de cada um”. Já Maffesoli (2001: 10) sugere que a melhor definição de pós-modernidade, ainda que “provisória [...], mas que é congruente com todos esses fenómenos musicais, de linguagem, corporais, de vestuário, religiosos, medicinais, que voltam a dar à natureza, ao primitivo, ao bárbaro, um lugar de eleição”, é a de “sinergia do arcaísmo e do desenvolvimento tecnológico”.

A partir dos anos 60, a expansão da noção de património à escala planetária é impulsionada pela terceira revolução cultural, também de origem europeia, “a revolução electro-telemática” (Choay, 2005: 21). Assiste-se, então, a um movimento de tudo inventariar, principalmente nos

países ocidentais devastados pela II Guerra Mundial. Como resultado dos efeitos da pós-modernidade e da globalização, este “fenómeno adquiriu uma escala inaudita [...], tanto pela transfiguração das hierarquias dos espaços geográficos, como pela massificação planetária da escolarização, da investigação científica e da pressão dos meios de comunicação social” (Rodrigues, 2011: 8).

Com impactos profundos na cultura, nas práticas, nos comportamentos, isto é, nos modos de vida, a revolução electro-telemática interroga a actual noção e sentido de património no horizonte da mundialização. Assim, quais os novos *inputs* e os impactos desta mundialização na forma como as sociedades constroem ou desconstroem o seu passado? As redes técnicas de infra-estruturas materiais como os caminhos-de-ferro e as auto-estradas, associadas às redes informáticas e telemáticas bem como “a proliferação, sob o nome anacrónico de arquitectura, de objectos técnicos dissociados do seu contexto natural e cultural e livres das regras ancestrais de articulação e de modulação escalar” (Choay, 2005: 23) contribuíram para a proliferação da noção alargada de património à escala mundial, dando origem, ainda de acordo com a autora supracitada, a “duas abordagens contraditórias”. A primeira, fundada num “fetichismo do património” (Choay, 2005: 23) valoriza, excessivamente, todos os testemunhos do passado, ora numa posição melancólica, saudosa ao urbano, ao rural, profundamente ameaçada na sua identidade, parecendo querer conservá-la inviolável<sup>2</sup>; ora numa posição perversa sob a falácia da acção social, da formação que nos conduz ao consumo cultural e turístico. A este respeito, Lopes (1996: 69) considera que, neste modo de produção capitalista e da sociedade de consumo, a cultura apresenta-se “como actividade reprodutora do primado da mercadoria, desligada do poder único da ‘aura’, encontrando-se, por conseguinte, condicionada pelas leis de mercado das sociedades industriais, designadamente a rentabilidade e a optimização do valor, tal como outro qualquer produto”. Opinião esta partilhada também por Veloso (2006: 437): “o património cultural, com suas complexas redes de práticas e significados [é transformado] em mero produto, ou objeto ‘coisificado’, ou fetichizado”. Por sua vez, a historiadora Choay (2005: 24) vai mais longe ao afirmar que esta posição “confere um estatuto de universal cultural ao processo de museificação e pode ser simbolizada pela política de industrialização cultural da UNESCO, com a sua Convenção do Património Mundial e a rotulagem dos bens culturais à escala mundial”.

No entanto, Lopes (1996) sublinha que a cultura, ainda que condicionada, não é um mero holograma deste sistema. Ela é dotada de uma herança e trajectória específicas, validadas por histórias e memórias próprias, valores, significações e representações. A cultura gera uma dinâmica relacional, envolvendo o próprio sistema como actor em interacção. Mas para Jorge (2005: 52), “o ‘património’ não é uma essência, nem um valor atemporal – é uma invenção da sociedade contemporânea”. Invenção essa fabricada, negociada, sujeita a protocolos, obsessiva, fragmentada, características das sociedades ocidentais (Peralta, 2000). Nesta linha de pensamento, Rigaud

---

<sup>2</sup> (porém, no quadro evolutivo das sociedades, nenhuma sociedade permanece igual a si própria com o passar do tempo, estando em permanente transformação)

(*apud* Choay, 2005: 24) “comparou, sem ironia, o património a uma riqueza fóssil, gerável e explorável como o petróleo”. Neste sentido, atente-se igualmente no Princípio 5.2. da *Carta Internacional do Turismo Cultural*, adoptada pelo ICOMOS na 12.ª Assembleia Geral, no México, em Outubro de 1999: “as actividades de gestão da conservação e do turismo devem proporcionar benefícios económicos, sociais e culturais”<sup>3</sup>. De acordo com Lopes (1996: 77), “a hetero ou auto-denominada estética pós-moderna (e a sua defesa alegre do potencial democratizador do espectáculo, da *performance*, do *happening*, da cultura entendida como processo de desordem criativa, onde a montagem e a colagem de fragmentos substitui o todo coerente, harmonioso, totalitário e confortável da obra de autor) apresenta [...] um preocupante défice de problematização das suas propostas, revelador [...] de uma assinalável ignorância sociológica”. De facto, é necessário ter em conta o poder diferencial e a heterogeneidade dos públicos para que as políticas culturais não sejam votadas ao fracasso e/ou à superficialidade cultural.

Outra abordagem descrita por Choay (2005: 25) é a do “fetichismo da técnica”, em suma, do apogeu da tecnologia, que se caracteriza pelo desprezo das “marcas e vestígios do passado, considerados anacrónicos”. Promover e potencializar as novas técnicas e práticas contemporâneas através daquilo a que Mitchell (1995) designa por alterações e dissoluções electrónicas nas tipologias e estruturas tradicionais espaciais e temporais é o objectivo desta abordagem que pretende a (re)construção de inesgotáveis começos em tábua rasa que não deixa de ter sectários.

A consequente democratização cultural e a sua expressão prática obrigam a um esforço imaginativo e criativo que proponham novos caminhos e a formação de novos públicos para que os resultados não sejam estéreis. Consequentemente, “entre o nosso passado e o nosso presente abre-se hoje o vazio de uma ruptura qualitativa” (Choay, 2005: 27).

## 2. PATRIMÓNIO CULTURAL E IDENTIDADE

### 2.1. PATRIMÓNIO – LUGAR DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE

A memória, enquanto capacidade de conservar determinadas informações, conjuga um conjunto de funções psíquicas, envolvendo áreas como a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia, e nos casos de perturbações da memória, como, por exemplo, a amnésia, a psiquiatria, proporcionando, ao ser humano, a possibilidade de invocar, conservar e/ou actualizar essas mesmas informações ditas passadas (Le Goff, 1984a). Na aliança entre os conceitos de memória, de identidade e de património, invocamos, mais uma vez, o contributo da Revolução Francesa que se manifestou na importância dada às obras e aos monumentos materiais que deveriam, através do tempo, ser a expressão máxima da identidade nacional com a qual todos os franceses

---

<sup>3</sup> ICOMOS (1999). *Carta Internacional do Turismo Cultural. Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial*. México. In <[http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasActividade/ProductoseDestinos/Doc10\\_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasActividade/ProductoseDestinos/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf)>, consult. em 13 de Janeiro de 2011.

se identificassem (Rodrigues, 2005 e Peralta, 2000).

A ascensão da burguesia durante os séculos XVII e XVIII bem como o novo modelo político resultante da revolução francesa de 1789 “exportou, *manu militari*, por meio da figura de Napoleão Bonaparte, para todo o mundo os novos modos de vida materiais e espirituais determinados pela burguesia” (Barbosa, 2003: 89). Sendo assim, será o “codex jurídico napoleónico [...] destinado a regular, segundo o diapasão burguês, as novas relações entre os indivíduos e entre os povos e o patrimônio filosófico iluminista que, amalhado no século anterior, tornou-se o paradigma universalizado dos tempos modernos” (Barbosa, 2003: 89). Apesar de cada país o ter adaptado ao seu contexto histórico, daqui se importou o modelo que será, inclusive, a base para o Património da Humanidade (Camargo, 2005). No entanto, de acordo com Enne (2004: 5), “o que se entende por *comunidade* e *identidade* são construções simbólicas, resultantes de *interacções* e *conflitos*, e não realidades dadas e cristalizadas”. Por sua vez, Smith (1991: 28) identifica cinco “aspectos fundamentais da identidade nacional [...]: um território histórico ou terra de origem; mitos e memórias históricas comuns; uma cultura de massas pública comum; direitos e deveres legais comuns a todos os membros e uma economia comum, com mobilidade territorial para os membros”. Porém, ao longo da história, vários são os exemplos de jogos de poder e manipulação da memória colectiva que ora peca pela ausência, esquecimento, amnésia, silêncio, ora transborda de informações. De facto, da transmissão oral ao ‘boom’ (ou seriação) digital, “a memória colectiva e mais particularmente a ‘memória artificial’<sup>4</sup> é profundamente transformada” (Le Goff, 1984a: 18), mas não deixa de ser uma “anamnesis, a reminiscência, como uma técnica ascética e mística” (*idem*: 21).

Martins (2007: 46) reconhece a identidade no diálogo, na troca, na preservação da memória, “quando se integra num contexto de diversas pertenças e quando serve para caracterizar o que somos e o que nos distingue dos outros”. Neste sentido, Le Goff (1984a: 46) admite que “a memória é um elemento do que se costuma chamar identidade, individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Mas, segundo Lourenço (1992 *apud* Silva & Jorge, 1993: 38), “há uma espécie de vazio de identidades reais, constituído pelo somatório dessas identidades [...] locais ou particulares, que é compensado a nível simbólico com o sentimento duma identidade simbólica que repousa [...] em referentes de ordem mítica, em mitos fundadores [ou] criados pela própria história”. Para Choay (2005: 25), “a aventura da humanidade funda-se na e alimenta-se da memória do passado mental e material, sempre diferente, das diferentes civilizações que tiveram necessariamente de se apropriar dele para poderem superá-lo e transformá-lo conforme as suas identidades respectivas”.

Vários autores defendem que no fim do século XX e no princípio do século XXI “estaríamos assistindo a um ‘boom da memória’ [...] em que a perda de referências tradicionais acionaria uma

---

<sup>4</sup> Para Goody (1977), o aparecimento da escrita e a conseqüente capacidade de memorização influenciam os processos psíquicos e cognitivos do sujeito, com implicações ao nível da memória, descontextualizando-a e recontextualizando-a.

preocupação hiperbólica com a preservação do passado e mesmo com a sua reinvenção” (Enne, 2004: 3), assumindo-se como uma referência fundamental na produção de identidades sociais e culturais. Neste sentido, Pais (1999: 128-129) afirma que os “vestígios do passado que organizam em torno de si identidades de lugares que só ganham sentido na sua expressão mais sentimental [...] testemunhos de uma História que emerge no presente como cratera do passado. Vestígios que perderam o seu conteúdo [mas] reanimam-se logo que são recuperados”. A memória, individual ou colectiva, “é sempre uma construção do presente, de um presente em permanente fuga para o passado e para o futuro, essas duas figuras do abismo da consciência” (Jorge, 2005: 52). Já Enne (2004: 7) defende que ancorar a “construção de *memórias* sociais [a] registos do passado local também funciona como alicerce para a manutenção de *identidades* onde essas se apresentam como ameaçadas pela desconstrução”. Assim, “produziu-se lugares de património urbano para construir a identidade escolhendo uma história, que se torna a história, a da cidade ou do bairro: história inventada, reinventada ou exumada, depois mostrada, em torno da qual se organiza, em todos os sentidos da palavra, a ‘circulação’” (Hartog, 2006: 268).

Hollerbach (2009: 138) admite que “a memória seja fruto de uma construção, daí a necessidade de lugares de memória – como os museus, por exemplo”. Esta “explosão museológica” possui efeitos perversos: “o anterior modelo dos visitantes enquanto cidadãos transforma-se num modelo de visitantes enquanto consumidores, que passam a ocupar o cerne de todas as actividades museológicas, uma alteração que veio provocar uma situação de crise no que concerne ao papel dos objectos e das colecções nas actividades desenvolvidas pelos museus, conduzindo a uma redefinição das suas funções tradicionais” (Anico, 2005: 82). Ideia também defendida por Lipovetsky & Serroy (2010). Branco (1992 *apud* Silva & Jorge, 1993: 63), a respeito da memória sugere que “nós temos de reflectir em torno da memória e da sua construção; no fundo, ou estamos a reflectir em torno da memória e da sua construção ou estamos evidentemente a tentar reconstruir, ou refazer, ou adquirir, uma nova memória”. Por outro lado, é de ressaltar o papel proeminente das Organizações não Governamentais, dos movimentos ecológicos, das associações regionais e locais, dos projectos de criação e promoção turísticas (Enne, 2004) no resgate e (re)construção das identidades sociais e culturais. Para Smith (1991: 177), “na esfera cultural, a identidade [...] revela-se em toda uma variedade de pressuposições e de mitos, de valores e de memórias, bem como na linguagem, nas leis, em instituições e cerimónias”.

Porém, “a revolução electro-telemática, hoje promovida por uma forma inédita e radical do capitalismo, põe em questão e em perigo a identidade do género humano, ou por outras palavras, da nossa condição de seres vivos dotados de palavra, ou ainda o nosso estatuto antropológico” (Choay, 2005: 28). Na verdade, a memória colectiva “é uma questão política” (Jorge, 2005: 52), dependente de regras, negociações, cosmogónica (Pollak, 1989). De facto, tomar a vocação para a diferenciação do ser humano defendida por Choay (2005), onde o elemento mediador e institucionalizado é o próprio corpo, leva-o a aceitar e a tentar salvaguardar a diversidade que daí advém da relação com o(s) outro(s), com o ambiente material e imaterial, numa tentativa de manter viva a memória e, conseqüentemente, a identidade pessoal e social. É precisamente esse papel de

mediador que a revolução electro-telemática vem pôr em questão, promovendo, em contrapartida, “próteses cada vez mais eficientes que tendem a pôr de parte o corpo mediador [e] a reduzi-lo ao estatuto de consumo” (Choay, 2005: 32). Tal acarreta consequências desastrosas para a própria espécie humana: “enfraquecimento da memória orgânica e viva, pela amnésia que daí resulta e que conduz à prótetização do mundo que nos rodeia e à inversão do processo de construção das sociedades humanas” (*idem*: 36).

O que caracteriza, em geral, a nossa sociedade é a fragmentação não só do tempo, do espaço, da produção, das experiências, mas sobretudo das vivências, logo das identidades (individuais e colectivas), em constante “deslize” e aceleração, nesta imposição pós-moderna ditada pelo consumo insatisfeito e exacerbado (Jorge, 2005 e Pollak, 1989). Por sua vez, Rodrigues (2011: 7) refere que a permanente insatisfação, a procura incessante do que é inovação “está a liquidificar a memória e a solidez dos valores que ela preserva, e, conseqüentemente, a derruir os fundamentos de instituições da modernidade, criando uma volatilidade”. Esta conseqüente perda de valores de referência, marcada pelo quase divinizado individualismo de tudo consumir também tem os seus reflexos no património, sob a forma de coleccionismo que serve de roupagem a um processo de construção identitária (Jorge, 2005 e Pollak, 1989).

Todavia, Enne (2004: 9) considera que “o passado poderia ser pensado não só como marco para a construção do presente, mas como fundação de um futuro que se deseja construir”. Memória, lembrança e identidade são-lhe então sinónimos, “caracterizada pela afectividade, pelo discurso que comemora um fato caro a determinado grupo social ou comunidade [...]; busca tornar viva a memória de algo importante e identitário socialmente” (Menezes, 2004: 31). Para Jorge (2003), o que define o património enquanto herança cultural é a imaterialidade do objecto, isto é, daquilo que ele representa para além da sua tangibilidade física. Por outras palavras, na contemporaneidade, o património como valor de memória, projecta, no presente, uma imagem imaterial do passado, das nossas origens, que se constitui em significados. Significados estes, cujos objectos revestem a sua materialidade como suporte temporal conferido por nós. Os objectos físicos são suporte de uma herança que pertence ao domínio espiritual (o que exprimem), imaterial, à memória individual e/ou colectiva.

Porém, Menezes (2004) alerta que a sua particularidade memorial tem vindo a ser substituída, desde o Renascimento, pela exaltação da beleza e a sua (re)construção é fruto das tendências do tempo presente. Hartog (2006: 265), por sua vez, defende que “o património se impôs como a categoria dominante, englobante, senão devorante, em todo o caso evidente, da vida cultural e das políticas públicas”, onde a *memória* e o *património* são “indícios, sintomas também de nossa relação com o tempo – formas de traduzir, refratar, seguir, contrariar a ordem do tempo”. Já Jorge (2003: 12) defende que “sem memória não seria sequer possível conceptualizar o património, essa herança que vem obviamente de trás, do que nos precedeu e que justifica aquilo que somos”. Este sentimento de identidade, num determinado espaço e tempo, resulta de um imaginário colectivo a partir de um passado, real ou imaginário, onde se fixaram os modelos socialmente aceites e que dão sentido às imagens que, actualmente, se nos apresenta. A função memorial é

substituída pelo humanismo presente na capacidade que o ser humano tem de criar, onde a “memória, a partir desse humanismo que persiste no tempo, vai ter, cada vez mais, mediadores não monumentais como a imprensa, a fotografia e as memórias electrónicas” (Menezes, 2004: 32). Por outro lado, as suas características individualistas e individualizadas conferem à memória novas formas de mediação, por exemplo, para Barthes, a fotografia “documenta uma história mas ressuscita um passado” (*idem*: 32).

Palavra-chave dos anos 80 do século XX, a *identidade* assume-se como símbolo da memória e do património, circunscrevendo-se “mais ao que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber [...] com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração” (Hartog, 2006: 266). Esta posição entre a “amnésia e a vontade de nada esquecer” (*idem*: 271) provoca, no presente, um urgente imediatismo memorial do passado, dado que este “atrai mais do que a história; a presença do passado, a evocação e a emoção predominam sobre a tomada de distância e a mediação. Enfim, este património é ele mesmo trabalhado pela aceleração: é preciso fazer rápido antes que seja muito tarde [...] e o hoje tenha desaparecido completamente” (*idem*: 272). Mas será que todos os vestígios do passado são considerados património? De acordo com Peralta (2000), ao património herdado também está subjacente uma ideia de posse de algo de valor, mediante uma escolha cultural, logo de carácter relativo e flutuante no tempo e no espaço. Esta construção social (Peralta, 2000 e Prats, 1997) cunha em determinados objectos um sentimento colectivo de identidade, através de um processo simbólico que os legitima social e culturalmente. Para Peralta (2000: 219), o que determina o conceito de património “é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade”, que nos mantém em relação com o passado e nos transmite igualmente um sentimento de pertença que nos diferencia dos demais, logo de estabilidade. Neste sentido, a “atribuição de sentido às práticas culturais permite associar elementos e acontecimentos da realidade social concreta e faz com que os sujeitos sociais construam o próprio sentido da sua identidade social” (Veloso, 2006: 451).

O conceito de identidade é, assim, multidimensional e o seu sentimento “é um poderoso meio para definir e posicionar pessoas individuais no mundo, através do prisma da personalidade colectiva e da sua cultura distinta [...] que nos permite saber ‘quem somos’ no mundo [...], ‘redescobrimo-nos’ a nós próprios, a ‘pessoa autêntica’” (Smith, 1991: 31). Porém, Veloso (2006: 440), alerta para o risco de se transformar o património em “coisificação” ou “objetificação”, na dimensão da memória, “como se fosse uma ideia abstrata a pairar sobre as consciências individuais, o que resultaria numa percepção atomizada e estática dos indivíduos – seres apartados de sua consciência colectiva”.

Durante o século XIX intensificou-se a criação de patrimónios nacionais cujo objectivo era a criação de referenciais comuns, num mesmo território, unificando-os em torno de interesses e tradições comuns que se sobrepuseram às memórias regionais e particulares (Rodrigues, 2005). Assim, com função unificadora, o património assumiu um cunho social e político. Ora, apesar da diversidade existente, património também era sinónimo de exclusão. No entanto, a noção de património está condicionada pelas concepções que cada época tem no âmbito do quê, quem,

para quem, onde, como, porquê e de que forma. Em suma, a noção de património altera-se consoante as circunstâncias da época. Consequentemente, estas discussões sobre património serão intensificadas no século XX com encontros, convenções, conferências das quais resultam inúmeros documentos para salvaguarda e protecção do património. Proteger o legado do passado é estabelecer elos de ligação entre o passado e o futuro, contribuindo, no resgate da memória, para a afirmação de identidade na formação de grupos. A este propósito, Ruskin (1977 *apud* Choay, 2005) atribuía à arquitectura do passado um papel predominante no resgate da memória que, sendo património material edificado, facilita não só a sua recordação mas também o enriquecimento do património imaterial, pelo que assume extrema importância a relação entre a conservação e a inovação.

Assim, compartilhada colectivamente, “a tradição cultural é fruto de uma tessitura muito complexa que os indivíduos tecem com base em elementos da história, da memória e do quotidiano” (Velo, 2006: 451). Actualmente, para além de fornecer conhecimentos sobre o passado, “os remanescentes [...] de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem sentido de grupo e compõem a identidade coletiva” (Rodrigues, 2005: 17). Assim, o jogo memória/esquecimento, vencido pelos grupos sociais dominantes, resulta na imposição da sua memória a toda a sociedade. Logo, a memória social colectiva aflora historicidade, baseada na valorização que cada sociedade dá ao passado; relações políticas, possibilidades de exercício cívico, ainda que sejam condições mutáveis no tempo e no espaço.

Para Le Goff (1984a), no século XIX e início do século XX, são duas as manifestações da memória colectiva que revolucionaram a própria memória: a construção dos monumentos aos mortos, a seguir à Primeira Guerra Mundial, e a fotografia que, para além de multiplicar memória(s), conferindo-lhe(s) um cunho visual nunca antes atingido, democratizou-a(s), permitindo também conservar memória(s) do e no tempo. Por outro lado, de acordo com Rodrigues (2005), esta memória terá tão mais significado quanto mais apelar ao mundo afectivo e particular dos sujeitos, cuja fantasia e nostalgia, talhadas pelas sensações, trará, de novo, ao presente, o passado. Este, edificado sobre memórias particulares e colectivas (re)compõem a relação entre presente e passado, numa espécie de equilíbrio emocional. Porém, se a maioria dos membros de uma sociedade desconhece aquilo que é o seu património, o seu legado do passado, ou não são capazes de o reconhecer, mesmo estando eventualmente na sua presença, mas simultaneamente, é sua herdeira, como assegurar a sobrevivência dessa identidade?

## **2.2. DO PATRIMÓNIO AOS PATRIMÓNIOS – UNIDADE OU FRAGMENTAÇÃO?**

Originalmente relacionado com as estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, num determinado espaço e tempo, o conceito de património foi sendo requalificado ao longo dos tempos com diversos objectivos (genético, natural, histórico, etc.) (Rodrigues,

2005, Ost, 2002 e Choay, 1996). Do simples “bem de herança transmitida, segundo as leis, dos pais e mães para os filhos” (Choay, 2005: 18), a noção de *património* aliada à de *monumento histórico*, é uma expressão de dimensão planetária que engloba uma diversidade de objectos que relembram o passado: monumentos, obras de belas-artes e artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes humanos (*idem*, 1996). Surge, assim, em França, na década de 60, associado a um passado material e edificado, cuja pronta difusão leva à criação da Secretaria de Estado da Cultura, mais tarde Ministério da Cultura, em que, para tal, muito contribuiu, em França, André Malraux que já em 1959 atribuía um cunho cultural ao *património* (Choay, 2005). À generalização do termo *património* segue-se o *Inventário do Património* (1964); substituindo a direcção dos monumentos históricos, a *Direcção do Património* (1978); a associação dos *Arquitectos do Património*; as *Jornadas do Património* (1980) (*idem*).

A palavra *património*, isolada, tornou-se, no entender de Choay (2005: 17), “um conceito nómada” que passou a englobar um inventário de tradições, actividades, crenças, criações... de interesse variado, cujo desafio actual reside na sua selecção. Com efeito, o conceito de *património* “est un notion toute recente, qui couvre de façon nécessairement vague tous les biens, tous les ‘trésors’ du passé” (Babelon & Chastel, 1994: 11). Actualmente é um conceito ambíguo dadas as diferentes leituras do passado e do mundo. Para Rocha (1996: 15), “*património* é tudo aquilo que nos rodeia e propicia qualidade de vida, contribui para a nossa elevação cultural”. No entender de Jorge (2005: 60), “o ‘*património*’, saído de um dos paradoxos (quebrar a ordem antiga, mas recuperar a sua herança para usufruto de todos), tanto pode ser uma forma de opressão (uma força contra a criatividade e a partilha), como de libertação (um instrumento de criatividade e não de segregação) ”.

De acordo com Menezes (2004) e Choay (1996), confunde-se *património histórico* com *monumentos históricos* mas ambos não são sinónimos. Após os anos 60 do século XX, os monumentos históricos não são mais do que uma parte de uma herança, cujo espólio não cessa de crescer com a inserção de novos tipos de bens e com os estudos cronológico e geográfico quer dos bens quer dos monumentos. Originário do latim *monumentum*, o termo *monumento* invoca a memória, de natureza afectiva, com o intuito de fazer renascer, no presente, todo o passado: os sacrifícios, os ritos, as crenças, os acontecimentos, etc (Le Goff, 1984b), reunindo a memória com o passado, a essência do monumento é a sua função antropológica (Menezes, 2004 e Choay, 1996). Em contrapartida, o termo *monumento histórico* é uma invenção do Ocidente para conferir uma quase universalidade ao monumento (Choay, 1996), sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Para tal, muito contribuiu a Revolução Industrial (processo à escala mundial) que conferiu ao monumento histórico uma conotação universal à escala planetária. De acordo com Choay (1996: 152), “sous le nom d’antiquités, le monument historique est un des operateus qui on provoqué la grande fracture de l’art occidental et l’avènement de l’architecture, théorisée et référencée”. Por exemplo, em França, aquando da criação da primeira Comissão des Monuments Historiques (1837), as três grandes categorias de monumentos históricos englobavam os que restavam da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos (*idem*). Apesar de, após a

Segunda Guerra Mundial, o inventário do número de bens existentes ter sido decuplicado, sobretudo com a contribuição da arqueologia e da história da arquitectura, as categorias não sofreram alteração (Choay, 1996). Porém, posteriormente, novas denominações surgiram, quer vindas de Itália (*architecture mineure* – construções privadas não monumentais), quer de Inglaterra (*architecture vernaculaire* – edifícios marcados pela sua relação territorial com a comunidade; *architecture industrielle* – das fábricas, dos caminhos de ferro, da fundição) (*idem*).

Em 1986, a França criou uma secção de património industrial na Commission Supérieure des Monuments Historiques. Segundo Choay (1996), a expressão património histórico não se limita mais, por um lado, aos edifícios individuais como espelha a lista de património mundial difundida pela UNESCO, ela é uma assimilação de um reconhecimento de uma história e património universais, uma catalogação em forma de museu que testemunha o passado e a preservação desses mesmos monumentos, por outro. Por sua vez, Enne (2004: 9) sugere “que o esforço em monumentalizar esse passado, seja através da construção de museus, casas de memória, institutos históricos e outras agências, ou pela luta pela preservação de registos arquitetónicos e culturais, como igrejas, torres [...] ruínas e outros ‘aromas’ e ‘sabores’ que marquem o encontro com a *memória* que não se quer perdida” seja posto em prática. É importante e crucial registar as intangibilidades, pois “nós viemos do gesto que deu forma ao património tangível [...] só pode saber para onde vai quem sabe de onde vem” (Pinto, 2003: 19). Porém, Mattoso (2011) sugere que esta valorização do património como fundamento do resgate de uma memória colectiva seja rentabilizada com bom senso.

Anico (2005: 79-80) adita que “a crescente patrimonialização de elementos das culturas locais contribuiu para o alargamento do campo patrimonial que integra não só o património associado a práticas culturais eruditas e elitistas, mas também um património vernacular, quotidiano, material ou intangível, relacionado com as memórias orais, abrindo caminho à integração de um vasto conjunto de bens culturais na categoria do património, fruto de uma crescente elasticidade conceptual, mas também temporal”. Com efeito, Veloso (2006: 442) identifica “as manifestações do património imaterial [como] – celebrações, rituais, conjunto de saberes e fazeres, entre outras –, [que] corporificam sentidos e valores coletivos que ensejam sentimentos de pertencimento dos indivíduos a um determinado grupo”. O património enquanto herança cultural imaterial “é correntemente encarado como uma soma, uma reunião [...] de narrativas, de rotinas de comportamento, de bens, de objectos ou de testemunhos-objectos que [...] assumiram a representação de valores históricos, artísticos, técnicos ou científicos” (Jorge, 2003: 13). No entanto, é imprescindível não confundir património imaterial com “cultura popular, ou folclore, o processo [...] não necessariamente preserva e qualifica o património material nem promove necessariamente o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento da cidadania” (Santana, 2003 *apud* Veloso, 2006: 447). A UNESCO aponta como possíveis campos orais e intangíveis sete grupos (Eventos Festivos, Ritos e Crenças, Música e Canção, Artes Cénicas, Tradições Culinárias, Línguas e Tradições Oraís) e já classificou 19 “intangibilidades” como Património da Humanidade, “um primeiro passo para o reconhecimento da intangibilidade como um valor a ter em conta” (Pinto, 2003: 20).

De acordo com Hartog (2006: 268-269), “os patrimónios se multiplicam [...], o ‘patrimônio cultural protegido’, o ‘patrimônio cultural de proximidade’ (este ‘tecido conjuntivo’ do território nacional), o ‘patrimônio natural’ (que compreende a ‘noção de paisagens’), o ‘patrimônio vivo’ (as raças animais e espécies vegetais), o ‘patrimônio imaterial’ (com os *savoir-faire* tradicionais, as tradições populares, o folclore) [...], o patrimônio genético [é alvo de discussão nos *media*] e o patrimônio ético” [é discutível]. No entanto, “é inegável que o patrimônio cultural, em qualquer de suas variantes – material, imaterial, histórico, artístico, natural, arquitetônico etc. –, sempre expressa valores coletivos corporificados em manifestações concretas” (Veloso, 2006: 439). Para Leite (2003: 23), “o património é, ou deve ser, assumido de forma cada vez mais imaginativa e criativa, com o objectivo de reinvenção de uma cultura viva, de um povo ou de uma comunidade ou mesmo se quisermos, de um território ou de um país”.

Ao substantivo *património* é agora anexo o *cultural* que pressupõe também como *património cultural* toda a criação que resulte da acção humana e que, segundo critérios de selecção definidos nas múltiplas convenções sobre o património devem ser considerados e salvaguardados. O património “é a herança sem testamento” (Ost, 2002: 224), aquilo que nos liga uns aos outros mas que não nos deixa indiferentes, uma acendalha que nos faz descobrir quem somos.

### 2.3. DO PATRIMÓNIO GLOBAL AO PATRIMÓNIO LOCAL

Os efeitos da globalização e, paralelamente, da tecnologia têm produzido novos entendimentos quanto às noções de *espaço* e *tempo* que se reflectem, de acordo com Enne (2004), nas transformações físicas (mobilidade de fronteiras, marcos, paisagens), na construção de identidades e/ou perpetuação de memórias nas relações entre o global e o local, marcados pela constante mutabilidade. Nas últimas décadas tem-se assistido a um *boom* de estudos regionais e locais e a uma “explosão museológica” como forma de afirmação local, empreendida sobretudo pelas autarquias (Anico & Peralta, 2004). Estudos indicam que “nas práticas discursivas locais [existem] preocupações com a construção de uma memória coletiva que remete ao local [...] mas também ao global, uma memória coletiva que remete a outros movimentos e correntes transnacionais e transculturais” (Enne, 2004: 6).

Segundo Veloso (2006: 444) é necessário questionar e reflectir sobre as “possíveis relações entre patrimônio cultural e poder local [...] de que modo o patrimônio imaterial está sendo apropriado, seja pelo grupo produtor das manifestações culturais, seja pelas elites locais”. Vários autores defendem que estamos perante uma sociedade em rede que universaliza culturas e memórias, absorvendo e readaptando traços locais mas conferindo-lhe o estatuto de original e global (Enne, 2004). Para tal muito contribui as tecnologias, nomeadamente a internet, que poderão também possibilitar o estabelecimento de pontes entre o passado, o presente e o futuro, dando visibilidade, expressão e expansão locais. Porém, o que se verifica é “a manutenção do passado como estratégia política de atores posicionados no presente, que transformam a memória em conflito e disputa por poder e controle de recursos materiais e simbólicos” (*idem*: 10),

(des)construindo identidades sociais e culturais. O importante é “levar a comunidade local ao encontro das suas raízes, salientando a importância dos símbolos que lhe pontuaram o quotidiano” (Rocha, 1996: 19). Mas a defesa da tradição local nem sempre é levada a sério, pecando na defesa da causa, sendo votada à indiferença pela oposição vigorosa, por um lado; e pecando pela circunscrição aos limites da região, evocando a superioridade das distinções locais (Eliot, 1996). Veloso (2006: 445) afirma que “o que o conceito e mesmo a prática relativa ao património imaterial trazem de mais fecundo é sua relação visceral com a vida social e cotidiana dos grupos sociais, que são os sujeitos desse processo, porque portadores dos conhecimentos, dos saberes, fazeres e da memória dos lugares”, como, por exemplo, os moleiros, os barbeiros, as rendeiras, as doceiras, os alfaiates, as varinas, os amola-tesouras, os cesteiros, os ferreiros, as lavadeiras, os arroseiros e os artesãos em geral, profissões extintas ou em vias de extinção no Município de Estarreja. De facto, a “história local, salvo raras excepções, continua a fazer-se de forma incompleta” (Mendes, 1995: 4). Na verdade, a história local também se faz do “povo anónimo, de objectos do quotidiano, de tecnologia, de processos de trabalhos, de saber-fazer, de artigos diversos, de meios de transporte e comunicações ou mesmo de utensílios e equipamento doméstico” (*ibidem*).

Para Eliot (1996: 69), “uma cultura nacional é o resultado de um número infinito de culturas locais, as quais, quando elas próprias são analisadas, se compõem de culturas locais ainda menores”. Nos últimos anos tem-se assistido a “movimentos de revitalização e reinterpretação da especificidade cultural” (Moreira, 1996: 23) locais que impulsionam a preservação do património, do material ao intangível, como forma de afirmação singular.

### 3. PATRIMÓNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO

O termo cultura não deve ser entendido sem ser associado a um indivíduo, grupo ou classe ou toda uma sociedade. De acordo com Eliot (1996: 22), esta hipótese “inclui o conceito de que a cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe e de que a cultura de um grupo ou classe depende da cultura de toda a sociedade a que pertence esse grupo ou classe”. Com efeito, Miranda (2002: 58) define cultura como “uma construção e artefacto histórico”. Segundo Guillaume (2003: 15), a cultura “é hoje o cimento das sociedades”, que através de um conjunto de políticas transversais limitaram a acção do Estado. Beckman (2008: 15-16), por sua vez, sugere que não se deve entender a cultura apenas como produção material ou aquela que identifica um determinado grupo que partilha os mesmos valores, “mas como uma cultura que interage com toda uma série de setores que permeiam a nossa existência – turismo, economia, sociedade, meio ambiente”.

Silva & Jorge (1993: 12) referem que “a cultura nacional declina-se no plural, é um mosaico de culturas regionais”. A cultura nacional, criação do século XIX e impulsionada pelo Estado, desfrutou de um duplo sentido: extra-fronteiras primava pela diferença, visível na propaganda de uma identidade marcada por essa mesma diferença mas que procurava a especificidade cultural. Em contrapartida, em território nacional, o Estado, através de políticas, pretendia a homogenei-

zação (Santos, 1992 *apud* Silva & Jorge, 1993). Mas o papel da cultura não é o de uniformizar as culturas, sejam sozinhas ou extrapolando as fronteiras de um país, mas sim “harmonizando-as” (Eliot, 1996). Por sua vez, Cabral (1992 *apud* Silva & Jorge, 1993) reconhece duas formas de conceber a cultura: uma rede de significados e a conseqüente produção de objectos.

No entanto, Veloso (2006: 439) alerta para o “perigo [...] de transformar os bens culturais em meros objetos de consumo, em transformar o património material em expressão de uma história rasa; ou, ainda, transformar as manifestações culturais do património imaterial em fetiche, ou seja, privilegiar o produto transformado em objeto de consumo como qualquer outra mercadoria que circula na sociedade atual”. Por outro lado, “apesar de as práticas patrimoniais serem igualmente apropriadas pela sociedade de consumo, elas têm valores simbólicos que expressam uma densidade e uma profundidade que lhes permite transcender a condição de uma mercadoria qualquer” (*idem*: 450). A tradição e a sua ideologia, profundamente elitista, condicionaram, durante séculos, o conceito de património cultural. Veja-se, por exemplo, o caso das actividades artesanais e industriais, assim votadas à indiferença, à delapidação, à destruição (Mendes, 1995). Em Estarreja, atente-se nos estaleiros navais que em Salreu desapareceram, os moinhos, as antigas oficinas e fábricas que com os seus utensílios e máquinas foram esquecidos no tempo.

Apesar da Convenção do Património Mundial da UNESCO ter, em 1972, incluído no património cultural, *monumentos, grupos de edifícios e sítios*, e a mesma ideia estar contida na Lei n.º 13/85 do Património Cultural Português, pouco se tem feito, em território nacional e muito menos local, pelo património industrial (*idem*). Por isso é fundamental reconhecer a cultura em sua forma mais ampla, multifacetada e insubstituível, porque é essa riqueza de traços que faz dela o centro de desenvolvimento económico de uma cidade, região ou país: “cultura como factor de consolidação de identidade [...]; de divulgação da imagem, regional e internacional [...]; de aglutinação de comunidades e grupos [...]; de educação e inclusão social [...]; de promoção da diversidade [...]; de geração da mola propulsora da economia: criatividade e inovação [...]; de atração de mão-de-obra qualificada [...]; gerador de renda, emprego, impostos, infra-estrutura e riqueza [...], de regeneração de uma região” (Beckman, 2008: 15-16). De acordo com Veloso (2006: 437-438), “o capitalismo tardio, marcado pela internacionalização do capital e flexibilidade do trabalho [...] provocou uma profunda mercantilização da cultura, introduzindo a noção de que o consumo cultural promove distinção social”.

Ainda na senda de Beckman (2008: 22), o património sugere a selecção e reconhecimento de determinados referentes que ao serem valorizados adquirem uma matriz simbólica, “isto é, para a sua necessidade de preservação em virtude do significado que encerra para o colectivo, bem como para a sua rentabilidade social, ou seja, a sua utilidade e funcionalidade no plano social e económico”. Assim, fazendo a ponte entre o passado histórico, o património opera como constituição identitária e legítima de grupos sociais e, ainda como ardil para a captação de recursos, isto é, assiste-se à mercantilização da cultura (Lipovetsky & Serroy, 2010). Porém, falar de património cultural é, na opinião de Veloso (2006: 439), “complexo [...] porque o cultural é fruto de relações sociais definidas, historicamente situadas e, ao mesmo tempo, é corporificado em alguma mani-

festação concreta, seja conceitualmente definida como material ou imaterial”. Por outro lado, e ainda de acordo com a autora supracitada, “o conceito de referência cultural ressalta o processo de produção e reprodução de um determinado grupo social e aponta para a existência de um universo simbólico compartilhado” (*idem*: 444). Daí que a “produção social do património cultural incide sobre a reprodução social dos grupos produtores de tais manifestações, o que, em muitos casos, têm gerado desenvolvimento sustentável” (*idem*: 451). Porém, a mesma autora (2006: 448) aponta para “além da indústria do turismo [...] da mercantilização desenfreada, outros fetiches rondam o património cultural [...] o ‘coleccionismo’, o fetiche dos colecionadores que insistem em reter o objeto e transformá-lo em ‘coisa sagrada’ e privada, sem a possibilidade do acesso e da fruição do público”.

### 3.1. “CONSERVAR É LUTAR CONTRA O TEMPO”

*Conservar é lutar contra o tempo* (Guillaume, 2003: 45)

A preservação dos monumentos, por exemplo, nem sempre é consensual e em nome do progresso, seja ele de que natureza for (Guillaume, 2003 e Silva, 1978). Localizar historicamente a preocupação com a preservação do património transporta-nos igualmente à Revolução Francesa (séc. XVIII), nomeadamente à “formação de um modelo de preservação conduzido como política do Estado que [...] só irá tornar-se consistente, na própria França, 60 anos após a queda da Bastilha” (Camargo, 2005: 18-19). De facto, vários acontecimentos precipitaram esta demanda: a extinção da monarquia e a passagem dos seus bens, bem como as propriedades do clero e da Igreja para o Estado<sup>5</sup>, juntamente com os bens dos aristocratas que abandonaram o país. Agora, à constituição do Estado Nacional acrescenta-se também os Bens Nacionais (Camargo, 2005). Mas na verdade e, de acordo com Camargo (2005: 20), “uma parte dos bens é vendida a particulares”, sobretudo ingleses, uma vez que “os revolucionários viviam acoitados pela necessidade de dinheiro diante do cerco que as monarquias europeias impuseram à França”. A par desta transacção económica, proliferavam as constantes destruições na arquitectura dos monumentos, errada e ignorantemente associados à representação monárquica. A título de exemplo, a fachada da catedral de Notre-Dame, nomeadamente as 21 cabeças dos reis de Judá, esculpidas em 1220 para o efeito, foram removidas e só mais tarde recuperadas, repousando, actualmente, no Museu de Cluny, em Paris (Camargo, 2005). A completar, assistia-se à transformação de locais outrora sagrados como por exemplo, as abadias, em manufacturas de têxteis, de papel e de porcelana. Se-

---

<sup>5</sup> Ainda que o clero não tenha sido extinto, o mesmo deveria prestar obediência à Constituição, numa tentativa de criar uma Igreja Nacional, onde as obrigações para com o papado romano deveriam ser inexistentes (Camargo, 2005).

gundo Choay (1996) assiste-se a uma espécie de destruição construtiva dos monumentos, ao que Pierre Patte (arquitecto do rei francês Luís XV) apelidava de “laisser tomber”, vejam-se os exemplos do Théâtre de Nîmes (único exemplo do período neo-clássico, em França, transformado num centro cultural polivalente), da destruição das medinas na Tunísia, na Síria e no Irão.

Curiosamente, será um membro eclesiástico, o padre Henri Grégoire, a denunciar e a apelar de “vandalismo” estes actos de destruição (Camargo, 2005). Consequentemente, empreendeu uma campanha de preservação de todos os bens patrimoniais em solo francês, fossem eles de origem romana, medieval ou contemporânea, aquando da Convenção Nacional. No entanto, era cunhado o conceito de património nacional, pois “ao conjunto de bens, legado ou património herdado do pai, acrescentou-se o qualificativo de nacional. Ou seja, os cidadãos [...] eram livres e iguais perante a lei (Liberdade/Igualdade), e, nascidos no país, são todos irmãos (Fraternidade) e herdeiros do mesmo pai, o Estado Nacional” (*idem*: 21). Vozes, quer em nome individual quer colectivo (associações), ecoaram um pouco por todo o mundo, apelando à conservação e preservação do património em nome de valores científicos, estéticos, memoriais, sociais. Por sua vez, o século XIX será marcado por intensos debates sobre a classificação do que seriam os bens da nação e o que poderia ser considerado património nacional.

Não obstante o uso peculiar da palavra, em 1789, quando da nacionalização dos bens da Igreja e da Coroa, sob a égide de “património de todos”, e a denúncia por Romain Rolland do impacto destrutivo da Primeira Guerra Mundial, será no primeiro congresso internacional sobre o restauro dos monumentos, cujas conclusões estão reunidas na célebre Carta de Atenas, em 1931, que pela primeira vez se refere que “a conservação do património artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiões da civilização”<sup>6</sup>. A consequente vulgarização do termo e a consciencialização do seu interesse a nível mundial são consagradas, em 1972, na Convenção do Património Mundial, à qual se seguiram múltiplas conferências e encontros à escala planetária (Lopes & Correia, 2004).

Silva (1978: 29) defende que “a cada geração cabe assumir as suas responsabilidades e uma delas é a de esforçar-se por transmitir nas melhores condições possíveis às futuras gerações o espólio histórico-artístico herdado e forjado colectivamente por sucessivas camadas humanas”. Mas Guillaume (2003: 19) alerta que “a conservação é a produção em massa de simulacros a partir de restos. Conservar é sempre artificializar, encenar, musealizar, transformar o outro (coisa, ser vivo, pessoa) em objecto de observação de um sujeito observador”. Todavia, tomado, assim, o património como um projecto comum e dado o seu ritmo acelerado de produção, seguiu-se uma série de convenções, de onde resultaram cartas, orientações e recomendações apesar de existirem desde longa data princípios a esse respeito (Hartog, 2006). A primeira Carta que emana da I Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, datada de 1931 e anterior à criação da UNESCO, é a de Atenas, onde recomenda a “protecção e conservação dos

---

<sup>6</sup> Carta de Atenas (1931), disponível em <<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>, consult. em 12 de Dezembro de 2010>.

monumentos históricos artísticos” (Rodrigues, 2003: 49), “somente sobre os grandes monumentos e ignorava o resto” (Hartog, 2006: 269).

Segundo Rodrigues (2003: 50), “um dos pontos mais polémicos da Carta de Atenas trata a questão da remoção das esculturas, alto-relevos e baixo-relevos de áreas de risco [desencorajando] a remoção de elementos, sendo recomendada a preservação dos modelos originais ou, na sua falta, a execução de moldes (ponto V-2.º)”. Porém, um aspecto inovador a salientar é o papel fundamental da educação. No ponto VII, alínea b), para além de tomar o papel da educação, desde tenra idade, como condição essencial para a “preservação dos monumentos quaisquer que sejam”, assistimos também ao seu empreendimento como tarefa de todos<sup>7</sup>.

Volvidos trinta e três anos (1964), como resultado do II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, é publicada a Carta de Veneza que amplia o conceito de monumento histórico ao incluir não só a “criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural” (art.º 1.º)<sup>8</sup>. No entanto, apesar de comungar dos princípios da Carta de Atenas, a de Veneza possibilita a remoção de elementos, apesar de salvaguardar a integridade das estruturas originais, baseadas em operações especializadas a nível científico e apelar à protecção do património arquitectónico (Rodrigues, 2003). De acordo com Hartog (2006: 269), “o preâmbulo acentua fortemente a preservação e introduz a noção de património comum da humanidade”, “assente num acordo de âmbito internacional” e na “responsabilidade colectiva de os proteger para as gerações futuras [...] com a riqueza da sua autenticidade” (Preâmbulo).

Por sua vez, a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, realizada em 1972, em Paris, pela UNESCO, define o que vem a ser o património cultural e o património natural, para além de um conjunto de medidas científicas, administrativas, jurídicas e financeiras (Lopes & Correia, 2004). Assim, sob a égide da mundialização de valores e referências ocidentais, ao conceito de monumento histórico segue-se o do património cultural, simbolizado na Conferência geral da UNESCO (1972), com vista à protecção dos patrimónios cultural e natural mundiais (Lopes & Correia, 2004). Actualmente, legislação nacional e internacional, “para além de bens móveis e imóveis, contempla legados etnográficos, aldeias inteiras, vilas, cidades e paisagens, enfim tudo o que testemunha qualidade de vida e percurso cultural do passado humano” (Rocha, 1996: 16). Mas esta não é uma tarefa somente do aparelho de Estado, mas também uma tarefa de todos (Galhardo, 1996), onde “património, gerações futuras, desenvolvimento sustentado, passaram a formar um todo coerente” (Rèmond-Gouilloud, 2002: 221).

Em Portugal, a lei que protege o património remonta aos finais do século XIX. No entanto, pioneira, mesmo a nível mundial (Barreto, 2003), é a que data dos anos 30 (século XX) pois de-

---

<sup>7</sup> Carta de Atenas (1931), disponível em <<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>>.

<sup>8</sup> Carta de Veneza (1964), disponível em <<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>>.

termina que todos os bens culturais, em território português, adquiridos ilicitamente deveriam ser restituídos. Por sua vez, a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro faz a distinção entre património material e património imaterial. No artigo 90.º e seguintes, o legislador refere que “integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas”. Por outro lado, assegura “o seu registo adequado para efeitos de conhecimento, preservação, valorização e de certificação” bem como a participação dos municípios nesta tarefa. Porém, “preservar o património poderá significar, para muitos ainda, conservar, contra o ‘desenvolvimento’, os símbolos da própria miséria em que uma grande parte dos portugueses viveram durante séculos” (Jorge, 2005: 76).

Mas, mais do que protecção, associada inicialmente a bens materiais (monumentos, lugares históricos, obras de arte), o conceito de património cultural é, actualmente, bem mais diversificado, abrangendo acções que possibilitam a valorização e revitalização de “todo e qualquer artefato humano, que tendo um forte componente simbólico, seja de modo representativo da localidade, da época específica, permitindo compreender o processo histórico” (Beckman, 2008: 22). Para Guillaume (2003: 29), a preservação do património colectivo “tenta esquivar-se à violência do efémero e [...] se inscreve num desejo de *imortalidade*”. Por outro lado, “preservando e valorizando o património [...] preservamos memórias, identidades e diversidades culturais” (Leite, 2003: 23).

### 3.2. A ANIMAÇÃO CULTURAL DO PATRIMÓNIO

Produto da sociedade capitalista industrial, o consumo de bens culturais tornou-se o mote da actividade turística, que implica a oferta não só de espectáculos e eventos mas também a preservação e animação do património cultural simbolizado por e em museus, monumentos e locais históricos (Rodrigues, 2005). De etimologia latina, *animus* (dynamizar, mobilizar, pôr em relação), *anima* (dar vida, dar sentido ou significado), radicada no próprio conceito de animação, a animação sociocultural assume-se como uma estratégia que pressupõe, de acordo com Ventosa (2001), a dinamização/mobilização de um grupo (crianças, jovens, adultos ou idosos) num determinado projecto sociocultural de forma activa, social e cultural. Para Pérez (2006), a ausência de clareza conceptual e a sua indeterminação epistemológica condicionam todo o conteúdo e propósito da animação sociocultural. É de salientar que a actividade cultural abarca todas as áreas sociais, o que obrigatoriamente envolve processos de socialização, de comunicação e interacção, consequentemente de construção social da realidade (Lopes, 1996).

Numa tentativa de definição e de configuração do seu mapa conceptual, Pérez (2006: 149) associa-lhe outros conceitos relacionados: educação social, tempo livre e ócio, entendendo-se ócio como “aquela parte do tempo livre susceptível de ser aproveitado activamente através da metodologia da animação sociocultural, âmbito este, que por sua vez, forma parte da educação social”. A animação socioeducativa constitui de certo modo um modelo de intervenção socioedu-

cativa, com recurso a uma metodologia participativa, geradora de processos auto-organizativos individuais, grupais e comunitários, destinados ao desenvolvimento cultural, social e educativo de quem se destina (Ventosa, 1999 e Lopes, 1996). Com o contributo teórico de outras ciências como a psicologia, a pedagogia social, a sociologia e a antropologia, a animação sociocultural não se resume a um conjunto de práticas. A sua essência reside não no conteúdo da mesma (actividades artísticas, lúdicas, desportivas, etc.), mas no processo de concretizá-la (Pérez, 2006) que pressupõe participação e implicação dos intervenientes. De acordo com Bunge (2003), esta posição intermédia entre a teoria e a prática, de modo a desenvolver processos auto-organizativos, apresenta-se como uma tecnologia social que reúne grupos e associações em torno de projectos socioculturais de modo a desenhar, produzir e manter artefactos sociais. Aplicar a ideia de cultura à animação sociocultural, ainda que neste contexto de investigação esteja, à partida, subentendida, a sua explanação não se esgota no conceito.

Para o antropólogo britânico Taylor (1871 *apud* Trilla, 2004: 20), ainda que nos separe mais de um século, cultura é “o modo complexo que inclui conhecimentos, convicções, arte, leis, moral, costumes e qualquer outra capacidade e hábitos adquiridos [...] na qualidade de membro de uma sociedade”. Ora se à ideia de cultura estão associados conhecimentos, valores, tradições, costumes,... que se transmitem através da aprendizagem, a mesma acontece no plano social, através do que se herda do passado e do que se concebe no presente. Neste contexto, Trilla (2004) sugere três tipos ou classes de cultura: 1. a dominante (ou oficial); 2. a de massas e 3. a popular.

Não é intenção deste trabalho refutar e explicar sobre os tipos de cultura mas, de certo modo, destacar a cultura popular como um tipo de cultura que prima pela proximidade e pelas relações frente a frente, ainda que desvalorizada e dependente dos interesses da cultura dominante é a que está mais próxima do local (Trilla, 2004). E é neste tipo de cultura que as intervenções da animação sociocultural tendem a recair como forma de mobilização contra as culturas dominante e de massas. Mais do que receptores de cultura (difusão), os cidadãos devem ser agentes activos (animação). Assim, a animação sociocultural será um instrumento de “democracia cultural [...] uma forma de transformar a potencialidade das comunidades para a gerar” (Grosjean & Ingberg, 1980: 81). A partir dos anos 80 assiste-se a um crescente interesse do poder local pelos benefícios da animação sociocultural: lutar contra o isolamento, reforçar as relações inter-grupos e associações, mobilizar a população e os recursos (Lopes, 2006). Este interesse das autarquias pela animação sociocultural, até então reservado ao poder central, inclusive ao nível da empregabilidade, é justificado, de acordo com Santos (1998: 259-260) pelo modo de “encarar a acção sócio-cultural e o associativismo como alavancas essenciais de um desenvolvimento territorial local, incidindo em matérias como o desenvolvimento comunitário, a promoção de políticas locais de emprego, a dinamização turística, a ocupação dos tempos livres e a acção formativo-profissional-educativa”.

### 3.3. SINGULARIDADE DO PATRIMÓNIO CULTURAL

De acordo com Veloso (2006: 438), “o patrimônio cultural, tanto o material quanto o imaterial, extrai sua singularidade por expressar ‘marcas de distinção’ que, por sua vez, remetem a situações específicas vividas por uma determinada comunidade [...], ou outras manifestações populares”. Por um lado, não nos podemos esquecer de que, “quando se trata de patrimônio cultural, seja material ou imaterial, fala-se também de valores e de interesses coletivos que, por sua própria especificidade, não são fixos nem imutáveis”. Por outro lado, valores e interesses não são ociosos ou intangíveis mas estão associados a práticas sociais concretas e fazem parte da vida social, independentemente dos seus conflitos, contradições, consensos e hierarquias (Veloso, 2006). A relação intrínseca entre o “patrimônio cultural e experiência coletiva, ou seja, os saberes e fazeres tradicionais e genuínos são conhecimentos compartilhados que fazem parte do repertório cultural comum de um determinado grupo” (Veloso, 2006: 440) que veicula o sentido de vivência, unicidade e singularidade colectivas (Ost, 2002).

O expectável, segundo Veloso (2006: 441), “é que os próprios produtores culturais, ou os nativos de cidades históricas sejam capazes de construir suas próprias narrativas a respeito dos bens patrimoniais, como as casas, praças, palácios, igrejas, etc., como também sobre as manifestações culturais singulares a exemplo do artesanato, das danças dramáticas, ou das comidas típicas”. Desse modo, “o patrimônio cultural tem uma densidade simbólica diferenciada que deriva sua singularidade do resultado de atividades coletivas e públicas. No entanto, não se pode esquecer que também o patrimônio revela e vela valores e interesses e é sobretudo, um campo de lutas” (Veloso, 2006: 446). Por outro lado, é de referir a importância crescente do património ambiental não só nas suas relações com a memória e com a actividade turística mas também com os benefícios para a qualidade de vida das populações locais, no qual o Município de Estarreja é exemplo.

## CAPÍTULO II. EDUCAÇÃO E PATRIMÓNIO EM ESTARREJA

No âmbito cultural, as iniciativas municipais têm vindo a apostar em programações educativas que visam promover e expandir, além-fronteiras municipais, os seus recursos, nomeadamente, patrimoniais, sobretudo através da edição (ou apoio à edição) de revistas e monografias. Porém, é de salientar também os programas com diversa nomenclatura e temporalidade mas de semelhante natureza na variada morfologia municipal de promoção, com grande destaque para o seu património natural, por exemplo, o Projecto Bioria no Município de Estarreja.

Aliando cultura e educação, procura-se aumentar e ampliar o consumo cultural e educativo dos cidadãos, independentemente da sua faixa etária, exigindo um nível de qualidade cada vez mais elevado e, paralelamente enaltecer, aos olhos dos munícipes, as políticas culturais e educativas do trabalho municipal (Pose, 2006). Porém, o caminho não está completo, nem é pretensão deste estudo completá-lo. Ainda que haja tentativas, por parte de alguns *filhos da terra*, em dar a conhecer, alertar para a degradação e desaparecimento do património cultural endógeno, na verdade, (também) o Município de Estarreja carece de estudos aprofundados sobre os seus patrimónios oral ou imaterial, musical, culinário, etnográfico (de um modo geral), arqueológico, religioso, arquivístico, educativo, de âmbito particular (por exemplo, colecções), das elites, popular, molinológico, naval, industrial, cinematográfico, jornalístico, arquitectónico de construções em terra... Por outro lado, como refere Pose (2006: 75), falta também “vincular a escola ao meio, à cidade e vice-versa, num verdadeiro projecto educativo e de cidade [...], encarar o papel do município, como facilitador e dinamizador da simbiose entre educação e território, entre o sistema formativo e a comunidade local”, no sentido de desenhar e executar projectos ligados à semântica da cidade e de cada localidade em particular.

### 1. PATRIMÓNIO E MEMÓRIA NA EDUCAÇÃO

#### 1.1. NÃO HÁ EDUCAÇÃO SEM CULTURA

Aplicada à pedagogia, o termo *globalização* era uma “forma de ensinar e aprender, um modo de perceber e interpretar a realidade, uma atitude e um método” (Caride, 2006: 205). Porém, acontecimentos como a crise energética dos anos 70, a queda do Muro de Berlim (1989), ampliaram o conceito a outros domínios como, por exemplo, a política, a tecnologia, a economia. Mas, segundo Miranda (2002), o mundo transformou-se num palco de competição pelo domínio. Para Caride (2006: 206), a globalização representa “um modo de nos apresentar e de nos representar, de explicar no que consistem e como nos afectam as condições da modernidade”. É nesta perspectiva de olhar o mundo e de nos olharmos a nós próprios, que o conceito de globalização, atendendo às suas possibilidades e riscos, empreende também um novo conceito de sociedade e

um novo projecto de ser humano, das práticas educativas e do trabalho cultural (Martins, 2008, Sacristán, 2001a e Almeida *et al.*, 1998). Repensar metas, conteúdos, metodologias e, sobretudo, voltar a inserir a globalização no itinerário da educação, concepções e práticas que fomentem princípios e valores equitativos de distribuição de bens, de poder e, especialmente, de saberes universais e comunitários (Caride, 2006 e Cabello, 2003). Assim, de acordo com Sacristán (2001b: 162), a “condição de cidadão [manifesta-se num] ser sociável, constituída por umas relações libertadoras, criativas e respeitadoras dos outros [...] na qual o sujeito se cria, cresce e exerce como actor social”. Apesar de possuírem significados em comum e convergentes, nem sempre educação e cultura caminharam de mãos dadas. Segundo Miranda (2002: 23-24), “na cultura está em acto uma forma ou princípio estético, num sentido lato, que está em suplemento à racionalização da experiência: é mesmo o modo de gerir o existente”. Para Rocha (1996: 19), a cultura é um “processo contínuo de herança, assimilação, reformulação, recriação, transmissão e herança da nova geração que, por sua vez, a reinterpreta com criatividade”.

Porém, a evolução recente no terreno das políticas educativas e culturais “mostra que existe um nexos orgânico entre os seus aspectos fundamentais” (Caride, 1985: 104). Para Martins (2008), Pose (2006) e Almeida *et al.* (1998), não há educação sem cultura, pois esta é o início e o fim de todo o processo formativo. Todo o propósito educativo da escola e a acção cultural local, sem descurar outros agentes, contribuem para contextualizar e identificar as necessidades socio-culturais de uma determinada comunidade que, individual e/ou colectivamente, oferecem lazer criativo, fornecem valores, dão conhecimentos, mudam atitudes, isto é, educam em cultura (Pose, 2006 e Almeida *et al.*, 1998) ou *enculturando* (Olmos, 2002). A cultura evidencia-se como força pedagógica crucial, cuja função educativa básica para a aprendizagem se efectiva nos processos de alfabetização cultural, participação e criação multifacetada.

Todo e qualquer projecto educativo visa, entre outros, a criação de hábitos culturais e valores integradores com vista a uma sociedade cada vez melhor (Pose, 2006). Isto é possível através de uma educação permanente com a qual o indivíduo se identifique, que faça parte do seu quotidiano, da sua vida (UNESCO, 1996) e que é uma tarefa de todos, dentro e fora do sistema educativo, dos municípios, das instituições, das empresas, dos agentes culturais e sociais. Segundo Pose (2006: 72), “a proposta de incluir estratégias educativas nas políticas culturais, tem cada vez mais adeptos, considerando-se uma ferramenta do presente face ao futuro”.

A escola, na sua função mais tradicionalista, promove a aquisição de conhecimentos. Esta sucede-se com base num planeamento curricular, sendo de fácil distinção o que é apreendido através dos programas de ensino oficiais daquilo que resulta de experiências de vida que não compete à escola ensinar. Resta-nos questionar qual o papel da Escola na promoção da integração e participação dos jovens na sociedade e no exercício da sua cidadania no mundo do Estado. As últimas reformas do ensino investem na formação de “cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários”, para uma “participação responsável nas distintas actividades e instâncias sociais” (Pinto, 2004: 120). Contudo, tendo em consideração a dinâmica e as exigências dos processos de integração europeia e a globalização, a Escola deve, para além da disponibilização e partilha de

conhecimentos, integrar e motivar os jovens para a participação, no exercício pleno da sua cidadania. Segundo Pinto (2004: 151), "a escola passa a ser todo o território; a educação torna-se efectivamente permanente: educação para uma vida cultural e socialmente multiactiva em qualquer fase do percurso da vida dos indivíduos"; por outro lado, "pela consciência dos seus agentes sociais – e, desde logo, dos políticos com poder democrático de decisão – a cidade assume o seu papel educativo em todas as sedes do desenvolvimento comunitário. Alarga-se, conseqüentemente, o conceito de educação". As relações que se estabelecem desenvolvem-se na complementaridade de funções: "troca de recursos e esforços humanos, de potenciais incomensuráveis de formação, criação artística e conservação do património" (Duarte, 1993: 9).

Além do respeito pelos traços de identidade específicos, o desafio da educação, no aprender a conviver, é o de construir e desenvolver uma identidade complexa de pertença múltipla (familiar, local, religiosa, política, nacional, etc.) (Tedesco, 1995). Para Hollerbach (2009: 139), "a proposta de educação patrimonial parte do princípio de que a educação das relações sociais para a compreensão da história passa pela compreensão de práticas culturais e da valorização da diversidade cultural". Incorporar a educação patrimonial no processo de construção de conhecimento seria, segundo Chagas (2006) uma redundância, visto que a educação, sendo uma prática sócio-cultural, não se pode dissociar da cultura, logo do património. Porém, ainda que tenha vindo a pesar o manifesto interesse pelo património material da educação, em Portugal, só nos anos 90 do século XX (Felgueiras, 2005) se desperta para este património "que não possui o estatuto mediático, a sedução de uma pintura e da arquitectura-espectáculo" (Rodrigues, 2011: 10). É neste contexto de marginalidade que surgem alguns trabalhos sobre património e da museologia da educação, que "procuram restituir o quotidiano escolar, em abordagens em que se cruzam a perspectiva etnográfica e a cultural e se presta uma progressiva atenção à cultura material escolar" (Felgueiras, 2008: 494). Tais iniciativas servem "fins científicos, culturais e turísticos, de dimensão localizada" (Rodrigues, 2011: 10), por exemplo, o Museu Escolar de Marrazes (Leiria) (<http://www.museuescolar.pt>), o Museu Escolar Oliveira Lopes (Rua Irmãos Oliveira Lopes, 3880-520 Válega, Ovar), a escola de Macieira de Alcoba (Rua da Escola, 3750-561 Macieira de Alcoba, Águeda) transformada em restaurante. Outros edifícios servem associações, colectividades ou outros projectos locais, como é o caso, a título de exemplo, do edifício da Escola do Roxico (Estarreja) cedido, em 2008, a título provisório e gratuito, à Associação Cultural e Recreativa do Roxico. De acordo com Martins (2008: 17), "a Educação como aprendizagem permanente, a partir da transmissão dos saberes, do exemplo e da experiência, tem, por isso, um papel crescente e fundamental no combate pela 'sociedade de cultura', pela 'cultura da paz' e pela defesa e salvaguarda de um Património comum, da humanidade, dos povos e das pessoas".

Porém, o tempo não pode apagar da memória, nem a tecnologia deve extinguir o património que, em silêncio, está confinado, por enquanto, aos arquivos das empresas, das escolas; nas gavetas e maletas fechadas ou nos sótãos de particulares (fotos, vestuário, acessórios, cartas, etc.), ou de associações e colectividades como, por exemplo, dos ranchos folclóricos e das bandas de música tão manifestas no concelho de Estarreja. Por outro lado, no que concerne ao patrimó-

nio da educação, no Município de Estarreja, pouco (ou nada) se sabe, por exemplo, sobre os trabalhos de professores (mas também, quem foram, de onde vieram, que recordações, etc.) e alunos, os manuais escolares, os jogos, os mapas, o mobiliário, a construção e organização do edifício escolar “fundamentais para o conhecimento das práticas educativas” (Felgueiras, 2005: 95). Como referem Torres & Jorge (1999: 115), “as soluções têm de optar por uma via gradualista, e fazer despertar interesse local [...] organizar a consciência cívica. Esta [...] existe sempre; o que não está é ordenada”. Consequentemente, “só se protege aquilo que se gosta e só se gosta daquilo que se conhece” (Almeida *et al.*, 1998: 24), logo, o primeiro passo é conhecer. Segundo Martins (2007: 15), conhecer e “compreender o Património como factor de inovação e de criatividade, de paz e de democracia, significa aprender com a diferença, isto é, aprender a ser com os outros”. Este é o desafio...

## 1.2. ESTARREJA, UMA CIDADE EDUCADORA?

A “crise” da sociedade actual, as carências de índole educativa nas comunidades, a ausência de valores culturais, a escassez orçamental, a exclusão social, a violência, o desemprego, a solidão, a pobreza, o individualismo transformam o espaço, a cidade, em palco de conflitos. Quando se exige à cidade o seu papel enquanto cidade educadora, novos desafios, também decorrentes dos direitos de cidadania, se impõem, como por exemplo, implicar, por um lado, os cidadãos no futuro da sua cidade, formando em criatividade e participação; e, em segundo lugar, implicar todos os agentes educativos e culturais no processo. Este processo de dinamização territorial assume-se no contexto das políticas de desenvolvimento cultural de (re)pensar as estratégias de educação e formação (Martinell, 1990). Assim, tal pretensão passa pela renovação política, pela implicação comunitária e cidadã, pela gestão transversal da cultura e da educação, pela cooperação interinstitucional e intermunicipal, pelo trabalho em rede e em atitude relacional (Simões, 2010, Costa, 2007 e Martinell, 2001). O Tratado da União Europeia e o Acto Único Europeu impulsionaram, progressivamente a co-responsabilidade entre diversas identidades sociais (culturais, empresariais, associativas, etc.) e administrativas (municípios). No Relatório da UNESCO sobre o *Futuro da Educação para o Ano 2000*, Sicinski (1990 *apud* Villar, 2001: 14) afirma que “no mundo contemporâneo, os objectivos da educação e o processo educativo são de tal complexidade que nenhuma instituição educativa poderá ser suficiente para esta tarefa; a única solução consiste em reestruturar a sociedade de tal forma que se possa comprometer todos os seus segmentos e todas as suas instituições no processo educativo”.

Segundo Simões (2010), várias são as referências que apontam o relatório *Aprender a Ser* da UNESCO (1981), de Faure *et al.* como a origem do conceito de *cidade educadora*. Entre outros aspectos, o referido Relatório considera a importância das cidades e da vida urbana na planificação de políticas educativas como um espaço não só de troca de conhecimentos mas também de formação em civismo e solidariedade (Faure *et al.*, 1981). A *cidade educadora* surge, assim, como um espaço educativo, onde está implícito um conjunto de elementos que “aportam a transcen-

dência e múltiplos significados de carácter pedagógico e social: Sistema Formativo Integrado, associativismo, desenvolvimento cultural, políticas socioculturais, participação, acesso a recursos, sociedade civil, animação sociocultural, coordenação, descentralização, organização e intervenção comunitária, trabalho em rede, etc.” (Villar, 2001: 14). E é aos municípios que a cidadania outorga a responsabilidade de agentes transmissores de cultura, na promoção de múltiplos cenários, relações, interpretações e funções da Administração Local.

Mais do que um recurso pedagógico da escola, a cidade é um espaço vital de aprendizagem, de sabedoria e de convivência. De facto, actualmente, assiste-se, cada vez mais, ao estabelecimento de redes proximais entre a escola, instituições e agentes culturais e sociais, fomentando a *normalização cultural* desde a infância (Pose, 2006). Ainda que careça de um impulso vital e de um compromisso profundo com a democracia e a transformação social (Ander-Egg, 2006), a cidade, para além de ser um sistema relacional (Carta das Cidades Educadoras, revisada em 2004, em Génova) comporta:

- uma *dimensão educativa*. Apesar de coabitarem, na prática educativa, várias ideologias, filosofias ou cosmovisões, a educação “pode contribuir para o fortalecimento da democracia, da cidadania, da cultura de paz, da convivência, da tolerância, dos direitos humanos e, como consequência, pode melhorar a qualidade de vida” (Ander-Egg, 2006: 158);
- o *fortalecimento da vida cidadã*. Um dos objectivos do Projecto da Cidade Educadora é permitir, através de procedimentos ou estruturas institucionalizadas, a participação directa dos cidadãos, onde estejam salvaguardados um conjunto de direitos, garantias e protecções mas também de deveres;
- a *realização de uma democracia participativa como modelo político e como forma de vida*. Efectivar a democracia não é somente exercer o direito de voto e participar em comícios, mas sim um modo de ser e viver que afecta a pessoa na sua totalidade, quer esteja em família, no trabalho, na escola, em comunidade. Promover e fortalecer uma forma de vida democrática que capacita o cidadão para o exercício da cidadania carece de um processo, enquanto sistema político e social;
- a *convivialidade como dimensão relacional* da cidade educadora. Um dos desafios da cidade educadora é ajudar na resolução dos problemas relacionais, isto é, dos problemas de convivialidade quando, por exemplo, a diversidade cultural ou religiosa acentua as diferenças. A interculturalidade ou multiculturalidade que caracterizam as nossas cidades leva a repensar a actual concepção de cidadania, onde se devem fazer (re)nascem princípios fundamentais como democracia, pluralismo, diálogo e respeito pelo outro;
- a cidade educadora como *garantia da melhoria da qualidade de vida*. Esta qualidade de vida não se prende com o “ter coisas” (dinheiro, *status*) mas sim o “ser pessoa”, isto é, “realizar-se como ser humano, aprender a desfrutar da natureza, da quietude, da paz no coração, da alegria de viver, mas sobretudo das relações humanas impregnadas de fraternidade” (Ander-Egg, 2006: 176);
- a *distância que separa a classe política da sociedade: um obstáculo para desenvolver nos*

*projectos de cidades educadoras*. De acordo com Ander-Egg (2006: 178), “estudos realizados em diferentes países revelam que os políticos são o grupo que tem mais baixa credibilidade”. A teia de mentiras que tecem para se promoverem, é um dos obstáculos à efectiva potencialidade de acção. No entanto, a existência e concretização de um projecto de cidade educadora pode também ser catalisador de sensibilidades e (re)conhecimento das necessidades dos cidadãos por parte dos políticos.

A cidade moderna é cada vez mais perspectivada como um projecto cultural projectado na memória de lugares físicos e não-físicos, de ambientes, sensações, práticas de coexistência social, espaços de história, urbanidades, contemporaneidades, entre outros (Leite, 2003). Em suma, tudo o que faz da cidade “um organismo vivo e actuante” (*idem*: 24). No entanto, ainda que se considere a diversidade de local para local, o sentimento de pertença de um indivíduo a um local como cidadão e com toda a lealdade que isso implica, pode não ter como base os laços familiares nem mesmo ser o local onde nasceu (Eliot, 1996). Em contrapartida, o mesmo autor afirma que “a família, a classe e a lealdade local são pilares que se suportam uns aos outros – se um deles cai, os outros também sofrerão” (*idem*: 59). Porém, a cultura que gerou e sobretudo que gera, cultura urbana, em permanente mutação, é o resultado de um processo de modernização, ou seja, de globalização. A cidade assume-se como um espaço cosmopolita, inter e multicultural, onde, em nome do progresso, o património se encontra vulnerável, logo, ameaçado (Barreto, 2003 e Leite, 2003). Porém a cidade também é um lugar de (re)contruir memória(s), de desenvolver processos educativos, onde se intensificam as relações sociais e ao mesmo tempo se vislumbra a diferenciação social; mas igualmente se reconhecem espaços privados, anónimos e ricos em memórias (Costa, 2002).

Portugal, de acordo com dados da página oficial da Associação Internacional das Cidades Educadoras, tem 47 cidades educadoras. Estarreja não faz parte desta lista<sup>9</sup>.

## 2. O PATRIMÓNIO CULTURAL EM ESTARREJA

### 2.1. PUBLICAÇÕES DA INICIATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

Ferreira, D. B. (dir.). (2010). Revista Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, n.º 4.

Ferreira, D. B. (dir.). (2009). Revista *Terras de Antuã* – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, n.º 3.

Ferreira, D. B. (2009). Casa dos Morgados de Santo António da Praça de Estarreja. Separata da Revista *Terras de Antuã*, n.º 3.

Ferreira, D. B. & Rodrigues, R. M. (coord.) (2009). *Estarreja – Cidade Município*. Edição da Câmara Municipal de Estarreja.

Ferreira, D. B. (dir.). (2008). Revista *Terras de Antuã* – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, n.º 2.

---

<sup>9</sup> Cf. <http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubPaisosAc.do#Portugal>, consult. em 6 de Outubro de 2011.

- Ferreira, D. B. (2008). Estarreja na Idade Média. Documentação dos séculos X a XIII. Separata da Revista *Terras do Antuã*, n.º 2.
- Ferreira, D. B. (dir.). (2007). Revista *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, n.º 1.
- Cardoso, C. A. R. S. (2000). *Subsídios para uma Monografia Histórica e Descritiva da Freguesia de Avanca*. 2.ª ed. Edição da Câmara Municipal de Estarreja.
- Câmara Municipal de Estarreja. (1995). *Festas de Santo António e do Concelho de Estarreja*. Edição de Autor.

## 2.2. PUBLICAÇÕES DA INICIATIVA DE ASSOCIAÇÕES, COLECTIVIDADES E FUNDAÇÕES

- Oliveira, A. & Silva, F. (2009). *Estarreja e Murtosa nas memórias paroquiais de 1758*. Edição da Fundação Solheiro Madureira.
- Tavares, J. (1997). *Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotto-Maior*. Palestra proferida no Rotary Clube de Estarreja. Estarreja: Rotary Clube de Estarreja.

## 2.3. PUBLICAÇÕES DA INICIATIVA DE ‘FILHOS DA TERRA’

- Pereira, M. (2010a). *História da Santa Casa da Misericórdia de Estarreja. 75 anos a servir (1935-2010)*. Edição Santa Casa da Misericórdia de Estarreja.
- Pereira, M. (2010b). *A Terra Marinhosa na Idade Média*. Edição da Junta de Freguesia de Veiros.
- Pereira, M. (2009). *Salreu – Património Construído*. Edição da Junta de Freguesia de Salreu.
- Silva, S. P. (2007). *O Antuã no seu Acabar*. Edição do Autor.
- Castro, M. (2006). *Salreu, sua origem e costumes*. Estarreja: Riográfica-Artes Gráficas, Lda.
- Pereira, M. (2005). Estradas antigas dos concelhos de Estarreja e Murtosa, *O Jornal de Estarreja*, n.º 4318, 11-11-2005: 13.
- Pereira, M. (2001). *Pardilhó Antigo*. Edição da Associação da Quinta do Resende.
- Silva, S. P. (2001). *Enguias*. Estarreja: Rebelo-Artes Gráficas, Lda.
- Silva, S. P. (1997). *Memórias da Feira de St.º Amaro*. Edição Câmara Municipal de Estarreja.
- Moniz, E. (1950). *A Nossa Casa*. Lisboa: Edição Paulino Ferreira.
- Moniz, E. (1922). *Do Valor e da Saudade*. Discurso proferido na inauguração do obelisco de Homenagem aos soldados do Concelho de Estarreja mortos na I Grande Guerra. Edição da Câmara Municipal de Estarreja.
- Moniz, E. (1920). *A nossa aldeia*. Edição da Câmara Municipal de Estarreja.

## 2.4. OUTRAS INICIATIVAS

- Região de Turismo Rota Nova (ed.). (s. d.). *Rota da Arte Nova Aveiro-Portugal*. Aveiro: Gráfica Maiadouro.
- Tavares, D. (2008). *Francisco Farinhas. Realismo Moderno*. Porto: Dafne Editora.
- Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ed.). (2004). *Patrimónios, II série, n.º 4*.
- Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ed.). (2003). *Patrimónios, II série, n.º 3*.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Janeiro*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.

- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Fevereiro*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Março e Abril*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Junho*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Julho e Agosto*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Setembro e Outubro*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Novembro e Dezembro*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Neves, A. (2000). *A "Arte Nova" em Aveiro e seu Distrito*. 2.ª ed. Edição da Câmara Municipal de Aveiro.
- Costa, L. V. (1997). *Ernesto Korrodi. 1889-1944, arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Fundação Calouste Gulbenkian. (1993). *Guia de Portugal – Vol. III, tomo 1.º, 3.ª ed.*
- Neves, A., Semedo, E. & Arroiteia, J. (1989). *Aveiro-do Vouga ao Buçaco*. Lisboa: Editorial Presença.
- Azevedo, C. (1988). *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Academia Nacional de Belas-Artes (org.). (1981). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.

## 2.5. INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ASSOCIATIVO E DAS COLECTIVIDADES

Das associações e colectividades, profundamente enraizadas na cultura estarrejense, depende, em grande medida, a dinamização e animação sociocultural dentro e fora dos limites do concelho. Também reservam, em si mesmas, um exponencial patrimonial que fica confinado somente aos seus membros, por exemplo, documentos da fundação, lista dos seus fundadores (quem foram, percurso de vida, etc.), actas, cartas, vestuário, fotografias, entre outros. Um património privado que faz parte de um colectivo. Vejamos as associações existentes em Estarreja, distribuídas por freguesias. Em primeiro, são indicadas as associações ditas de cultura, recreio e desporto; no parágrafo seguinte, são indicadas as instituições locais de acção social e de defesa do ambiente.

### 2.5.1. FREGUESIA DE AVANCA

AJA – Associação de Jovens de Avanca (<http://www.ajavanca.com>); Associação Artística de Avanca (<http://www.artisticaavanca.com>); Associação Atlética de Avanca (Largo da Igreja – Apartado 29, 3860-021 Avanca); Associação de Caçadores e Pescadores de Avanca (Rua Associação de Caçadores e Pescadores de Avanca, 10-12, 3864-908, Avanca); Associação Motards Amigos de Avanca ([amigos.motards.avanca@clix.pt](mailto:amigos.motards.avanca@clix.pt)); AVANCARTE Associação Cultural (Rua António Augusto Cabral, 20, 3860-084 Avanca); Cine-Clube de Avanca (<http://www.avanca.com>); Confraria da Broa D' Avanca (<http://www.broadavanca.com>); Escola de Artes de Avanca (Casa do Gama, Rua do

Mato 3860-072 Avanca); Fraternidade Nuno Álvares (Rua Armando Marques Brandão, n.º 12, 3860-137 Avanca); Grupo de Cicloturismo de Avanca (artur.santos@pt.nestle.com); Grupo Desportivo da Nestlé (Ao C/ Eng.º Jorge Amaro Nestlé – Mato 3860-071 Avanca); Grupo Etnográfico da Casa do Povo de Avanca (Apartado 31, 3864-908 Avanca); Populanca – Associação Recreativa e Cultural de Avanca (Rua de Meições, 19, 3860-074 Avanca) e Sociedade Columbófila de Avanca (Lugar da Igreja- Avanca Rua Cabo Reinaldo Portela, 50, 3860-123 Avanca).

Agrupamento de Escuteiros de Avanca (Apartado 39, 3860 Avanca); Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas de Avanca (apeeee@hotmail.com); Centro Paroquial e Social de Sta. Marinha de Avanca (<http://centroavanca.com>); Centro Social de Apoio a Toxicodependentes Convívios – Fraternos II (<http://www.conviviosfraternos.com>); Conferência S. Vicente de Paulo (Ao C/ M.ª Isabel Costa Leite, Rua do Mato, 14, 3860-072 Avanca) e Fundação Benjamim Dias Costa (<http://www.fundacaobdiascosta.com>)

### 2.5.2. FREGUESIA DE BEDUÍDO

AMUPB – FUTSAL CLUBE (<http://amupbfc.web.pt>); ACRES – Independentes da Vila (Rua do Barreiro de Cima, n.º 17, 3860 – 214 Estarreja); AMUPB – Assoc. Moradores da Urbanização da Póvoa de Baixo (Rua da Quinta da Póvoa, Estarreja); Antuã Paint-Ball (Apartado 88, 3864-909 Estarreja); ARCATA – Assoc. Recreativa e Cultural dos Apicultores de Terras do Antuã (Apartado 115, 3860 Estarreja); ARTÊ – Companhia de Teatro de Estarreja (artecomteatro@gmail.com); Associação Cultural e Recreativa da Escola de Samba Vai Quem Quer (vaiquemquer@email.com); Associação do Carnaval de Estarreja (<http://www.acestarreja.pt>); Associação dos Antigos Alunos do Externato Egas Moniz e da Escola Secundária de Estarreja (Rua Luís de Camões, 5-1.º, 3860-381 Estarreja); Associação "Estarreja Desporto e Lazer" (Apartado 88, 3864-909 Estarreja); Associação Cultural e Recreativa dos Amigos das Póvoas (Rua D. Francisco Nunes Teixeira, n.º 3, Lugar das Póvoas, Beduído); Associação das Famílias dos Apicultores Produtores de Mel de Estarreja (Rua de St. Amaro, n.º 50, 3860-320 Estarreja); Associação de Entusiastas do Caminho de Ferro de Aveiro/Vouga ACFA (sudexpresso@mail.pt); Associação Desportiva de Santiais (Rua de S. Joaquim – Santiais, 3860-312 Estarreja); Associação Forum Estarrejense (Av.ª 25 de Abril, n.º 47-1.º Dt.º C, 3860-352 Estarreja); Casa do Benfica de Estarreja (Av.ª Visconde de Salreu, 41, 3860 Estarreja); Centro Recreativo de Estarreja (Pç. Francisco Barbosa, 168, 3860-356 Estarreja); Clube de Campismo de Estarreja (Apartado 144, 3864-909 Estarreja); Clube Desportivo de Estarreja (<http://www.cdestarreja.com>); Clube Ornitológico do Antuã (<http://www.coantua.com>); Coro e Tuna da Associação Cultural de Salreu (asobral@esoterica.pt); Estarreja Andebol Clube (<http://www.estarrejaac.pt.vu>); GRES (Grupo Recreativo Escola de Samba) Tropa de Estarreja (<http://www.trepaqueiro.estarreja.net>); Grupo de Samba A.R.C.G.S. "OS MORENOS" (<http://www.gsmorenos.pt>); Grupo Desportivo e Cultural do Pessoal da Cires (Av. Visconde de Salreu, 182, 3860-353 Estarreja); Grupo "SambaTRIBAL" Associação Recreativa e Cultural (samba-tribal@gmail.com); Motoclube de Estarreja (amarques@estarreja.com.pt); Ori/Estarreja – Orien-

tação de Estarreja (<http://www.ori-estarreja.pt>); SEMA – Associação Empresarial de Albergaria a Velha, Estarreja, Murtosa, Sever do Vouga (<http://www.sema.pt>); Sociedade Columbófila de Estarreja (<http://www.estarreja.columbofilia.net>) e Tertúlia Moliceiro (Rua Dr. Egas Moniz, 89, 3860-378 Estarreja)

ADIGESTA – Associação para o Desenvolvimento Integral e Global de Estarreja (Casa da Cultura (Sede) Av. 25 de Abril, 71-4.º Dt.º, 3860-352 Estarreja), APTA – Associação de Professores de Terras de Antuã (Rua Dr. Guilherme Souto, 3860-369 Estarreja); Associação de Estudantes da Escola Padre Donaciano de Abreu Freire (Escola Padre Donaciano de Abreu Freire, 3860-375 Estarreja); Associação de Solidariedade Estarrejense – ASE (Pç. Francisco Barbosa, n.º 168, Apartado 59, 3864-909 Estarreja); Associação de Estudantes Escola Secundária de Estarreja (<http://www.AE-ESSE.org>); Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja (<http://www.bombeirosestarreja.com>); Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária e Pré-Primária do Agro ([apeeeppa@hotmail.com](mailto:apeeeppa@hotmail.com)); Associação de Dadores de Sangue das Terras do Antuã (Hospital Visconde de Salreu, Apartado 119, 3864-909 Estarreja); Associação de Pais da Escola do Barreiro d'Além (Rua Manuel Lopes Rod., 21-3.º Dt.º, 3860-374 Estarreja); Associação de Pais da Escola Secundária de Estarreja (Escola Secundária de Estarreja, 3860-256 Estarreja); Associação de Pais e Encarregados de Educação da E.B. 2,3 Padre Donaciano Abreu Freire (Escola Padre Donaciano de Abreu Freire – Beduído, 3860-375 Estarreja); Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do Primeiro Ciclo da Póvoa (Escola da Póvoa, 3860 Estarreja); Associação Portuguesa de Deficientes (Delegação Estarreja) ([info@apd-estarreja.org.pt](mailto:info@apd-estarreja.org.pt)); Caritas Paroquial de Beduído (Travessa Major Ferreira, n.º 11 Póvoa de Cima, 3860-304 Estarreja); Cegonha – Associação de Defesa do Ambiente de Estarreja (<http://ieeta.pt/~mos/cegonha>); Cerciesta (<http://cerci-cerciesta.blogspot.com>); Conferência de S. Vicente Paulo (Beduído, 3860 Estarreja); Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português – Agrupamento 233 – S. Tiago – Estarreja (Rua do Passal, 2, 3860-302 Estarreja); Fundação Cónego Filipe de Figueiredo (<http://www.fundaconfilipedefigueiredo.com>); Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa (<http://www.cruzvermelha.pt>); Rotaract Clube de Estarreja ([rtcestarreja@gmail.com](mailto:rtcestarreja@gmail.com)) e Rotary Clube de Estarreja (Apartado 180, 3864-909 Estarreja).

### **2.5.3. FREGUESIA DE CANELAS**

Agrupamento 530 – S. Tomé do Corpo Nacional de Escutas (Travessa do Falcão, n.º 4, 3865-038 Canelas); Associação Desportiva Arsenal de Canelas ([adac\\_canelas@hotmail.com](mailto:adac_canelas@hotmail.com)) e Banda Bingre Canelense (<http://www.bandabingrecanelense.web.pt>)

Associação de Pais e Encarregados de Educação da EC1 e Jardim de Infância de Canelas – APECECAN EB1 ([apeecan@mail.pt](mailto:apeecan@mail.pt)); Centro Social Paroquial S. Tomé de Canelas (Rua Campo da Cruz, n.º 46, 3865-006 Canelas); Conferência Santo António de Canelas (Igreja Paroquial de Canelas, Rua Direita, 3865-022 Canelas) e Conferência Vicentina Sto. António de Canelas (Igreja Paroquial de Canelas, Rua Direita, 3865-022 Canelas)

#### 2.5.4. FREGUESIA DE FERMELÃ

ACADOF (Rua da Barroca, 24, 3865-118 Fermelã); Associação Cultural e Recreativa do Roxico (aurodeandrade@hotmail.com); Associação Musical, Cultural e Recreativa de Fermelã (Rua da Ventosa, n.º 14, 3865-124 Fermelã); Escola de Música do Roxico (Lg. de N. Sr.ª de Fátima, Roxico, 3865 Fermelã) e Rancho Folclórico "As Tricaninhas de S. Miguel de Fermelã" (Estrada Nacional 109, 3865-127 Fermelã).

Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Fermelã (Rua do Lameiro, 3865-138 Fermelã); Conferência Vicentina S. Miguel de Fermelã (Lg. do Chanfrante, n.º 2, 3865-120 Fermelã) e Crescer – Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Básica da Terra do Monte, Fermelã (crescer.fermela@hotmail.com).

#### 2.5.5. FREGUESIA DE PARDILHÓ

"A Par d'Ilhós" – Grupo de Música Popular Portuguesa (<http://www.apardilhos.web.pt>); Associação Cultural e Recreativa Saavedra Guedes (<http://www.saavedraguedes.com.sapo.pt>); Banda do Clube Pardilhoense (Rua do Agro, 10, 3860-424 Pardilhó); Club Pardilhoense (<http://www.clubpardilhoense.no.sapo.pt>); Grupo de Música Tradicional Portuguesa "Ventos da Ria" (Rua do Curval, 13, 3860-449 Pardilhó) e Grupo Etnográfico Danças d'Aldeia (Rua Capitão António Vigário, 3860-440 Pardilhó).

Associação de Assistência aos Doentes Alcoólicos (Rua Professor Saavedra Guedes, 7, 3860-437 Pardilhó); Associação Humanitária da Quinta do Resende (Rua dos Molicieiros Agro, 3860-425 Pardilhó); Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Integrada e Primária de Pardilhó (Rua Padre Garrido, Apartado 8, 3864-909 Estarreja); Associação Vida Nova – Lar de Idosos (<http://www.larvidanova.com>); Cáritas – Centro Paroquial de Pardilhó (Rua do Salgueiro, n.º 3, 3860-513 Pardilhó) e Centro Paroquial de Assistência de Pardilhó (Rua do Salgueiro, n.º 3, 3860-513 Pardilhó).

#### 2.5.6. FREGUESIA DE SALREU

ADETMA – Associação de Defesa das Terras e Marinhas do Antuã (riscoa@hotmail.com); Associação Cultural de Salreu (camoessobral@gmail.com); Banda Visconde de Salreu (<http://www.bandaviscondesalreu.com>); Centro de Cultura e Desporto de Salreu (Rua Visconde de Salreu, 7, 3865-248 Salreu); Grupo Samaritano de Salreu (Largo da Boavista, n.º 47, 3865 – 215 Salreu); Núcleo Sportinguista do Concelho de Estarreja (Rua Padre António Almeida, 22, 3865-282 Salreu) e Rancho Folclórico "As Tricaninhas do Antuã" (Escola Secundária Estarreja, Rua Jaime Ferreira da Silva, 3860-256 Estarreja).

Associação de Pais da Escola de Vale Castanheiro (Rua Dr. Aires Pinho, n.º 21 Campinos, 3865-205 Salreu); Associação Humanitária de Salreu (<http://www.ahsalreu.com>); Associação de Pais da Escola da Senhora do Monte (Rua 15 de Agosto, 3865-272 Salreu); Associação de Pais e

Encarregados de Educação da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardim de Infância das Ladeiras (Apartado 193, 3864-909 Estarreja); Conferência Vicentina de Salreu (Rua António Valente Pereira, n.º 32, 3865-276 Salreu) e Santa Casa da Misericórdia de Estarreja (Rua da Agra, 3865-208 Salreu).

### **2.5.7. FREGUESIA DE VEIROS**

Clube Cultural e Desportivo de Veiros (<http://www.ccdv.pt>) e Grupo Folclórico e Etnográfico de Veiros (Rua da Fonte de Baixo, n.º 2, 3860-654 Veiros).

Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do Pinheiro N.º 2 Cabeças (Rua do Cruzeiro, n.º 63 – Olas, 3860-663 Veiros); Associação de Solidariedade Social Filantrópica Veirense (Rua Miguel Valente de Almeida, n.º 24, 3860-643 Veiros) e Cáritas (Rua Fonte do Cavalo, n.º 4, 3860 Veiros).

## **2.6. CASAS, PALACETES E QUINTAS**

Património edificado, edifícios isolados ou conjuntos homogéneos que reflectem aspectos arquitectónicos significativos da época em que foram concretizados ou mesmo com características próprias da época de concepção, que constituem realizações notáveis. Consoante o seu valor relativo, os bens podem ser classificados como de Imóvel de Interesse Nacional (com a designação de Monumento Nacional), Imóvel de Interesse Público ou de Imóvel de Interesse Municipal (classificação camarária).

### **2.6.1. CASAS DE ‘BRASILEIRO’**

Com origem no emigrante português que faz fortuna no Brasil, o “brasileiro” regressa à sua terra natal, onde constrói residência, adquire propriedades, cria indústrias, contribui para a construção de obras de arte, dinamiza e participa na vida social e política. Segundo Monteiro (2000: 107), “a casa do ‘Brasileiro de Torna-Viagem’ constitui uma das representações mais evidentes do retorno, quer na estrutura e fachada das edificações, quer nas novas demarcações internas, dividindo espaços e pessoas, evidenciando novas hierarquias e novas fronteiras sociais”. Assim, o “brasileiro” assume o papel principal no período que vai desde 1850 até aos anos 20 do século XX, tendo tido uma forte influência na arquitectura local, “um modelo onde pontuam influências da casa colonial victoriana, soluções formais afrancesadas, misturadas com algum revitalismo de cariz italiano” (Braga, 1986: 7). Com maior incidência no norte do País, nomeadamente no Porto, a casa de “brasileiro”, especialmente a figura do “brasileiro” foi votada à sátira popular. Queirós (1978: 87-89), na obra *Uma Campanha Alegre*, faz alusão ao “brasileiro”: “(o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil) [e que] é entre nós o tipo [...] grosso, trigueiro, com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grilhão de ouro, [...] vizinha adocicada

[...] é o senhor de todos os prédios grotescamente sarapintados”.

Para Braga (1986: 7), “as inovações arquitectónicas e decorativas da casa do “brasileiro” representarão, na maior parte dos casos, uma reprodução ‘desfocada’ de soluções formais de uma arquitectura ‘elegante’ adoptada na construção residencial brasileira a partir de meados do século XIX mercê da actividade de arquitectos e companhias de construção europeias”.

Em Estarreja podemos observar alguns exemplares destas construções, nomeadamente nas ruas da Deveza (Fermelã) e do Visconde de Salreu (Salreu), por exemplo. Também há exemplares em Avanca.



Fonte: CSNFV, 2011

Localizado na Rua da Deveza, em Fermelã, o imóvel possui uma fachada constituída por seis vãos e revestida a azulejo policromo. Os motivos decorativos presentes na fachada são de inspiração vegetalista e predominam as cores vivas como o amarelo, o azul, o vermelho e o verde que denotam bem a influência tropical. Além deste revestimento possui também um painel de azulejos representando uma capela de Samora Correia. O edifício é sobrepujado por uma balaustrada e sob a porta principal encontra-se inscrito um monograma “J.D.R.”. O imóvel foi recentemente restaurado, tendo sido alteradas as portadas das janelas e a da porta bem como o telhado.



Fonte: CSNFV, 2011

Localizado na Rua do Visconde de Salreu, em Salreu, este imóvel insere-se também na ti-

pologia das *Casas de Brasileiros*. Desdobra-se em dois corpos distintos, um assumindo a forma de torreão. O edifício possui um friso ornamentado com azulejos representando motivos florais. As janelas possuem beirais e a entrada no edifício faz-se através de uma “loggia”. O ferro forjado dos portões, um painel de azulejos na fachada e as varandas em pedra rematam a decoração do edifício.

### 2.6.2. CASA DOS MORGADOS DE SANTO ANTÓNIO DA PRAÇA (CASA MUNICIPAL DA CULTURA)



Fonte: CSNFV, 2011

#### Indicações:

**Morada:** Praça Francisco Barbosa

**Coordenadas GPS:** 38.588761, -9.094682

**Telefone:** 234840600

**Contactos:** cultura@cm-estarreja.pt

**Responsável:** Rosa Maria Rodrigues

**Horário:** Segunda a Sexta-Feira: 09h-12:30h | 13:30h-17h

**Descrição:** Edifício datado do século XVIII e património municipal desde 1981. Como refere Ferreira (2009: 43), “foi ao longo de cerca de dois séculos e meio, uma das casas que albergaram uma das mais ilustres e nobres famílias de todo o concelho de Estarreja e da região de Aveiro”, a família Soares de Albergaria. No entanto, ainda de acordo com Ferreira (2009), onze foram os seus proprietários, para além de residência dos Morgados de Santo António da Praça (família Soares de Albergaria). A esta casa estava anexa a Capela de Santo António que conservava um baixo relevo com as antigas armas dos fundadores. Foi adquirida pela Câmara Municipal em 1881. Em 1972, a casa foi adquirida pela Câmara Municipal, adaptada a Casa Municipal da Cultura, funcionando, desde então, no primeiro andar uma sala de exposições e gabinetes de serviços culturais da autarquia. Actualmente, ainda detém essa função, tendo sido, recentemente, alvo de obras de beneficiação por parte da Câmara Municipal, dado o estado de degradação progressiva. Para além disso, serão criados gabinetes de atendimento e orientação juvenil, uma sala de forma-

ção e espaços de animação. O espaço circundante também será recuperado e dotado de esplanada com acesso *wireless* e está prevista a criação de um acesso lateral para pessoas com mobilidade reduzida.

### 2.6.3. CASA-MUSEU SOLHEIRO MADUREIRA (FUNDAÇÃO SOLHEIRO MADUREIRA)



Fonte: CSNFV, 2011

#### Indicações:

**Morada:** Rua Prof. Egas Moniz, 300, 3860-387 Estarreja

**Coordenadas GPS:** 40.759621, -8.570988

**Telefone:** 234842241

**Contactos:** info@fundacaomadureira.com

**Página Web:** <http://www.fundacaomadureira.com>

**Responsável do Museu:** Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira

**Horário:** Segunda-Feira a Sábado: 09:30h-12:30h | 14h-17h

**Descrição:** Após o falecimento de sua esposa, D. Marieta Solheiro Madureira, em Maio de 1985, o Dr. António Madureira, em sua homenagem, decidiu adaptar a sua residência em Casa-Museu. Pretensão que seria concretizada em Maio de 1988 com a abertura das suas portas ao público. Em nome do amor pela sua esposa, o Dr. António Madureira viria a perpetuar os apelidos do casal na constituição da Fundação Solheiro Madureira. O edifício data da década de 40 (século XX) e foi projectado pela A.R.S. – Arquitectura (Porto) para residência dos fundadores do museu. A Casa-Museu Solheiro Madureira engloba um vasto conjunto de obras de arte que foram adquiridas ao longo de mais de cinquenta anos e que contempla uma colecção de pintura, destacando-se as obras de Rivera, Didacus, Calvert, Martinez Rúbio<sup>10</sup>, João Carlos, Josefa de Óbidos, entre outros; arte sacra; mobiliário; cerâmica; prataria e

---

<sup>10</sup> Amigo do casal, o pintor madrileno recebeu, em 1933, o Primeiro Prémio no Concurso Nacional de Espanha e foi Restaurador do Museu do Prado (Madrid).

outros objectos diversos. No período de Julho de 1999 a Abril de 2001, foi alvo de obras de adaptação a espaço museológico.

#### 2.6.4. CASA-MUSEU EGAS MONIZ (CM DE ESTARREJA) OU CASA DO MARINHEIRO



Fonte: CSNFV, 2011

#### Indicações:

**Morada:** Rua Prof. Egas Moniz, 3860-078 Avanca

**Coordenadas GPS:** 40°48'23"N, 8°35'21"W

**Telefone:** 234884518

**Contactos:** museuegasmoniz@cm-estarreja.pt | cultura@cm-estarreja.pt

**Página Web:** <http://museuegasmoniz.cm-estarreja.pt>

**Responsável do Museu:** Rosa Maria Rodrigues

**Horário:** Segunda a Sexta-Feira: 09h-12h | 13:30h-16:30h; Fins-de-semana: 14h-17h

(Possibilidade de marcação de visitas on-line)

**Categoria/Tipologia:** Arquitectura Civil/Casa

**Descrição:** Transformada em Casa-Museu Egas Moniz em 1968, a Casa do Marinheiro, que data do século XVIII, viu nascer o Professor Egas Moniz, Prémio Nobel da Medicina (1949) pelos trabalhos sobre a Angiografia e Leucotomia. Em 1915, a casa foi alvo de obras de beneficiação, cujo projecto esteve a cargo do Arquitecto Ernesto Korrodi, ao estilo Arte Nova, que a ampliou, conferindo-lhe um cariz de casa solarenga do século XVIII. Sem descendentes directos, o casal Egas Moniz manifestou o desejo de que nela se criasse um Museu Regional e que seria realidade em Julho de 1968. A Casa-Museu foi integrada no património do Município de Estarreja a 23 de Maio de 1985, extinguindo-se nesta data a Fundação Egas Moniz. Engloba um vasto conjunto de obras de arte que foram adquiridas e coleccionadas ao longo dos anos, como peças de porcelana da Companhia das Índias, Cantão, Saxe, Sèvres. Na

colecção de pintura, destacando-se as obras de Carlos Reis, João reis, Falcão Trigo, Eduarda Lapa, José Malhã, Abel Salazar, entre outros; para além, da gravura; de exemplares de vidro e cristais portugueses (Vista Alegre e Marinha Grande) e cristais de Bacará; ourivesaria; tapeçaria; mobiliário (estilo D. José, D. João V, D. Maria, Luís XVI, Império, Holandês e Charrão) e outros objectos diversos. Por outro lado, possui uma Secção Científica com objectos relacionados com as suas descobertas científicas no âmbito da medicina. A Casa-Museu Egas Moniz possui um Centro de Documentação e alberga ainda um dos Pólos de Leitura da Biblioteca Municipal. Actualmente, encontra-se encerrada ao público para trabalhos de manutenção por parte da Câmara Municipal. Foi classificada de IIP – Imóvel de Interesse Público de acordo com o Decreto n.º 67/97, DR 301 de 31 de Dezembro de 1997.

### 2.6.5. CASA DOS LEITES (ACTUAL BIBLIOTECA MUNICIPAL, CM DE ESTARREJA)



Fonte: CSNFV, 2011

#### Indicações:

**Morada:** Largo dos Heróis da Grande Guerra, 24, 3860 Estarreja

**Coordenadas GPS:** 40.751753, -8.570796

**Telefone:** 234840614

**Contactos:** biblioteca.municipal@cm-estarreja.pt

**Página Web:** <http://estarreja.libware.net/portalweb/>

**Responsável (bibliotecário):** José Beato

**Horário:** Segunda-Feira: 13:30h-19h | Terça a Sexta-Feira: 09:30h-19h | Sábados: 09:30h-16:30h

**Descrição:** Inicialmente destinada a habitação da família dos Leites, este edifício apaçado data do início do século XX. Em 1931 albergou o Colégio Dr. Egas Moniz, posteriormente a Casa do Pessoal da Quimigal e, a 23 de Janeiro de 1995, a Câmara aprova a compra do edifício. Desde Outubro de 2004 alberga a Biblioteca Municipal, tendo sido recuperado e reconvertido para o efeito, mantendo a fachada.

### 2.6.6. CINE-TEATRO DE ESTARREJA (CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA)



Fonte: CSNFV, 2011

#### Indicações:

**Morada:** Rua Visconde Valdemouro, 3860-389 Estarreja

**Coordenadas GPS:** N: -37044,633m W: 120420,486m

**Telefone:** 234811300 | 925651668

**Contactos:** cineteatro@cm-estarreja.pt

**Página Web:** <http://www.cineteatroestarreja.pt>

**Responsável (Programação e Gestão Cultural):** Fátima Alçada

**Categoria/Tipologia:** Arquitectura Civil/Cine-Teatro

**Descrição:** Inaugurado em 1950, com a projecção do filme *As Aventuras do Príncipe Charlie*, o Cine-Teatro foi também palco de apresentações de Teatro e Revista, sempre com adesão do público. Nele pisaram grandes nomes do teatro português como Vasco Santana e Maria de Matos, bem como a Companhia de Teatro Sá da Bandeira do Porto. Porém, a partir da década de 70 foi votado ao esquecimento, pelo que, nos anos 90 encerrou as suas portas. Em 1994 foi adquirido pela Câmara Municipal que após requalificação (auditório principal, camarins e foyers renovados, e ainda uma nova sala (no próprio palco do auditório e com bancada periscópica), uma cafetaria/café-concerto, e áreas de serviço (produção, técnicos, etc.) reabriu a 18 de Junho de 2005. Foi classificado como IM – Interesse Municipal com o Decreto n.º 67/97, DR n.º 301, de 31-12-1997.

### 2.6.7. EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO (CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA)



Fonte: CSNFV, 2011

#### Indicações:

**Morada:** Praça Francisco Barbosa, 3864-001 Estarreja

**Coordenadas GPS:** 38.588761, -9.094682

**Telefone:** 234840600

**Contactos:** geral@cm-estarreja.pt

**Página Web:** <http://www.cm-estarreja.pt>

**Descrição:** Edifício de finais do século XIX foi inaugurado a 05 de Janeiro de 1906. Teve como grande impulsionador Francisco Barbosa de Sotto Mayor.

### 2.6.8. CASA DE S. JOSÉ DO OUTEIRO DE PAREDES E CAPELA



Fonte: CSNFV, 2011

**Indicações:**

**Morada:** Rua Prof. Dr. Egas Moniz (EM 540), 83, 3860 Outeiro de Paredes (Avanca)

**Coordenadas GPS:** 40°48'24"N, 8°35'0"W

**Categoria/Tipologia:** Arquitectura Civil/Conjunto

**Descrição:** Sede de um Morgadio com o mesmo nome é uma casa solarenga dos Viscondes de Baçar. Daqui partiam os caminhos em direcção a Válega e Ovar. De estilo barroco, data do terceiro quartel do século XVIII. São de salientar as cantarias das janelas, os fustes e as cruces da capela. Classificada como IIP – Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 28/82, DR 47 de 26 de Fevereiro de 1982.

**2.6.9. CASA DE FRANCISCO MARIA DE OLIVEIRA SIMÕES**

Fonte: CSNFV, 2011

**Indicações:**

**Morada:** Largo da Igreja, 4, 3865-246 Salreu

**Coordenadas GPS:** 40°44'12"N, 8°33'41"W

**Categoria/Tipologia:** Arquitectura Civil/Casa

**Descrição:** Obra representativa de Arte Nova é uma habitação unifamiliar de dois pisos que data do início do século XX, sendo projectada por Ernesto Korrodi, o arquitecto suíço residente em Leiria. Foi classificada por despacho de Sua Excelência, o Ministro da Cultura, de 18 de Março de 1997 e classificada como IIP – Imóvel de Interesse Público de acordo com o DLN.º42/02 de 19 de Fevereiro – I Série-B.

### 2.6.10. CASA DA AREOSA



Fonte: CSNFV, 2011

#### Indicações:

**Morada:** EN 224, Areosa – Beduído, 3860 Estarreja

**Coordenadas GPS:** 40.765513, -8.557603

**Descrição:** Edifício composto pela casa, capela, cruzeiro e portal, situada próximo da Igreja Paroquial que data de meados do século XVIII mas que foi objecto de sucessivas alterações ao longo dos tempos. A fachada deste edifício setecentista dispõe-se em dois andares de linhas sóbrias. Na porta principal encontra-se um brasão de armas. A capela particular, de plano rectangular, guarda um retábulo de madeira ao estilo D. João V.

### 2.6.11. CASA DO CALVÁRIO



Fonte: CSNFV, 2011

**Indicações:**

**Morada:** Rua do Calvário, Canelas, 3860 Estarreja

**Coordenadas GPS:** 40.720631, -8.550484

**Descrição:** Na zona centro do povoado, ergue-se este exemplar setecentista do século XIX. Possui capela.

**2.6.12. QUINTA DA FONTE OU QUINTA DA SR.ª DAS DORES**

Fonte: CSNFV, 2011

**Indicações:**

**Morada:** Rua da Fonte, Canelas, 3860 Estarreja

**Coordenadas GPS:** 40.723201, -8.547048

**Descrição:** Também conhecida como Quinta de Cima, do Taborda ou do Morgado. É uma casa brasonada que na frontaria da sua capela ostenta o brasão esquartelado de Figueiredo e Carvalhos. Data de finais do século XVII e princípios do século XVIII.

**2.6.13. OUTROS IMÓVEIS E CONJUNTOS DE INTERESSE LOCAL****1. FREGUESIA DE AVANCA**

Casa da Aldeia, na Rua da Aldeia; Casa das Chousas ou 2.ª da Aldeia, na Rua da Aldeia; Casa das Chousinhas ou 3.ª da Aldeia, na Rua da Aldeia; Casa do Sobreiro ou de S. Vicente de Paula, a Poente da EN 109; Casa dos Bitos ou 1.ª Casa de Arcã, a Poente da EN 109; 2.ª Casa de Arcã, a Poente da EN 109; Casa do Telhado, junto à EN 109 (demolida); Casa de S. Bernardo, da Congosta ou da Areia, no sítio da Areia; Casas de Brasileiro, na EN 109; Casa do Mato e

Capela de N. Sr.<sup>a</sup> do Carmo, no sítio do Mato; Estação Ferroviária, azulejos do século XX com motivos regionais; Cruzeiro, entre a Igreja e a capela de Santo António, guarda de antigo pedestal de forma pançada com coluna datada de 1796; Monumento a Egas Moniz, edificado em 1950

## **2. FREGUESIA DE BEDUÍDO**

Casa da Quinta da Costa (Lugar de Santiago); Quinta Themudo Barata; Casa do Cruzeiro, no lugar de S. Tiago; Palacete da Quimigal; Conjunto Edificado Envolvente à Praça Francisco Barbosa; Conjunto Edificado na Avenida Visconde de Salreu; Monumento aos Mortos da 1.<sup>a</sup> Grande Guerra (Largo dos Combatentes da Grande Guerra), inaugurado a 17 de Junho de 1922

## **3. FREGUESIA DE CANELAS**

Quinta do Espinhal, no sítio do Espinhal; Habitações, na Rua do Campo da Cruz

## **4. FREGUESIA DE FERMELÃ**

Habitações, na Rua da Oliveira; Habitações, na Rua da Deveza; Casa da Barroca e Capela de S. José; Conjunto Edificado, no sítio da Ventosa

## **5. FREGUESIA DE SALREU**

Casa Grande – Solar do Ferraz, no lugar do Couto; Casa do Couto, no lugar do Couto; Casa do Mato, no lugar do Couto; Casa do Visconde e Jardins, na EN 1-12 (estilo Casa de Brasileiro); Escola das Laceiras; Habitações, na antiga EN 109; Habitações, na Rua de Adou; Hospital Visconde de Salreu (1936); Chafariz do Hospital (1934)

## **6. FREGUESIA DE VEIROS**

Casa da Quinta do Padre

### **2.7. PATRIMÓNIO MOLINOLÓGICO**

A molinologia, área da etnotecnologia, dedica-se ao inventário e conhecimento técnico, social e cultural dos moinhos tradicionais, enquanto produto histórico de técnica humana no aproveitamento das energias renováveis para a produção de trabalho útil. Importante contributo para o desenvolvimento local sustentável (educação ambiental, turismo rural, ecoturismo, etnoturismo), a preservação e reaproveitamento funcional dos moinhos passa

também pela preservação dos saberes a eles associados. Neste sentido, quer a nível internacional (TIMS – The International Molinological Society, <http://www.molinology.org>) quer a nível nacional (Rede Portuguesa de Moinhos, <http://www.moinhosdeportugal.org>) existem organizações especializadas nesta área. A primeira data de 1965 e conta com especialistas de todo o mundo, edita, duas vezes por ano, a Revista *International Molinology* e a série de monografias, a cada 2-3 anos, *Bibliotheca Molinologica*. Para além disso, organiza, de quatro em quatro anos um *Simposium* com excursões, debates, palestras, concursos. A segunda, de iniciativa da lusitana Etnoideia e com o Alto Patrocínio da Câmara Municipal de Boticas, nasce em Abril de 2006, nesta mesma cidade. Actualmente conta com o apoio de outros municípios e visam colocar a molinologia ao serviço do desenvolvimento regional, inventariando e preservando os moinhos e os seus saberes. A 7 de Abril celebra-se o Dia Nacional dos Moinhos.

Atravessado por inúmeros cursos de água, sendo de destacar os rios Antuã, Jardim e Gonde, e por inúmeras ribeiras e linhas de água como, por exemplo, as ribeiras da Fontela, Sardinha ou Castanheiro, o município de Estarreja possui um lugar de destaque com expressão regional de que há vestígios ou registos da existência de moinhos e azenhas para moer o grão, base da alimentação (Ferreira, 2007). De acordo com as cartas topográficas de 1948, constata-se que, neste concelho, existiam cerca de cento e doze moinhos movidos a água (Ferreira, 2007). Apesar dos moinhos de água (de rodízio ou azenhas de roda vertical) serem os mais comuns, os registos também mostram a existência de moinhos de vento (de armação metálica, principalmente) e de atafonas (moinhos movidos a tracção animal) (Ferreira, 2007). Porém, não existe um estudo e inventário profundo e detalhado do património molinológico deste concelho, apesar de Ferreira (2007) no artigo *Moinhos e Moleiros do Concelho de Estarreja*, socorrendo-se de alguns documentos mas sobretudo de uma colectânea de testemunhos daqueles que ainda são moleiros (poucos) ou que guardam imagens, memórias e estórias do passado, fazer uma primeira abordagem que como ele próprio refere, “não pretende ser exaustivo e definitivo” (p. 63) mas desafiar à sua concretização e especialmente à sua preservação. Está a cargo de proprietários e antigos moleiros que por razões afectivas se recusam a votar os moinhos ao esquecimento. No entanto, perguntamos, quantos deles já caíram na ruína e no esquecimento, cuja memória já não fará parte do imaginário das gerações mais novas e vindouras?

É de salientar que a Câmara Municipal, com o parecer favorável do IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico) aprovou o projecto de recuperação do Moinho de Meias que para além do moinho de água, alimentado pelo Rio Gonde, possui uma habitação que era usada pela família de moleiros num passado recente. Situados a norte da propriedade da Casa-Museu Egas Moniz (Avanca), no núcleo rural e pedagógico da Quinta do Marinheiro, durante anos estiveram votados à degradação e ao abandono. Objectivos pedagógicos estão na base deste empreendimento.

## 2.8. PATRIMÓNIO ETNOGRÁFICO

### 2.8.1. FESTAS E ROMARIAS

À semelhança de outros concelhos portugueses, Estarreja presta culto e homenagem ao Santo Padroeiro, St.º António, no dia 13 de Junho. No entanto, os festejos chegam a durar duas semanas, onde à festa religiosa se junta a festa popular com artistas e convidados especialmente da terra (apresentação de livros, feira do livro, mercado antigo, etc.) bem como do panorama musical português. Porém, por todas as freguesias são comemoradas efemérides que unem o religioso ao popular, a saber: **Avanca** (S. Sebastião, 20 de Janeiro; Santo António, 13 de Junho; Santa Marinha, 18 de Julho), **Beduído** (Santo António, 13 de Junho; S. Tiago, 18 de Julho), **Canelas** (Homenagem ao Santo Padroeiro, S. Tomé, 8 Julho; Santo António, último domingo de Julho; Senhora da Saúde, Agosto/Setembro), **Fermelã** (S. Miguel, 29 de Setembro; S. Bartolomeu, 24 de Agosto; Cortejo de Reis, 4.º Domingo de Dezembro), **Pardilhó** (Mártir S. Sebastião, 20 de Janeiro; Santo António, 13 de Junho; Nossa Senhora dos Remédios, 8 de Dezembro; Senhora da Rocha, 1.º domingo de Agosto; Festa em Honra de S. Pedro, 29 Junho), **Salreu** (S. Martinho, 11 de Novembro; Sr.ª do Monte, 15 de Agosto; Santa Cristina, último domingo de Julho; Encontro de Gerações, 24 e 25 de Junho; Dia de Salreu, 3.º Domingo de Abril), **Veiros** (Santo António, 13 de Junho; S. Geraldo, 1.º domingo de Agosto; S. Bartolomeu, 24 de Agosto; Santa Luzia, 13 de Dezembro).

Datado de finais do século XIX, o Carnaval de Estarreja resumia-se à "Batalha das Flores", alegres cortejos com carros alegóricos, patrocinados por firmas e famílias locais, que desfilavam pelas ruas de Estarreja. Porém, cessaram com a morte de alguns dos seus impulsionadores no primeiro quartel do século XX. Nos anos 60, grupos de voluntários retomaram o desfile. Em 1973 é de realçar o empenho dos Bombeiros Voluntários de Estarreja na organização deste evento. Em 1978, realiza-se o primeiro desfile em circuito fechado, com o apoio da Câmara Municipal que se estendeu até à actualidade. A título de curiosidade, nesse ano, o preço do bilhete por cada pessoa adulta era de 20\$00. Doravante, foram surgindo grupos organizados que lhe dão cor, imaginação e proporcionam o divertimento. Em 1988, é criada a Associação do Carnaval de Estarreja com o objectivo de organizar os festejos carnavalescos, à excepção do Carnaval Infantil (uma semana antes do Domingo Gordo) que é promovido pela Câmara Municipal em parceria com instituições educativas públicas, de solidariedade social e privadas e que data de 1985.

### 2.8.2. GASTRONOMIA E ARTESANATO

Estarreja também deve ser recordada pela sua riqueza gastronómica e artesanal, onde cada uma das suas sete freguesias prima pelo paladar distinto e/ou pelos *souvenirs* ligados, sobretudo, à prática da agricultura, em tempos a única forma de sustento. Hoje embelezam o lar de quem observa e recorda...

Uma das autênticas maravilhas da doçaria do Município de Estarreja é o recém-eleito Pastel de Antuã, um doce local, à base de amêndoa, cuja base lembra um moliceiro.

**Freguesia de Avanca**

**Artesanato:** cangas pintadas

**Gastronomia:** caldeirada de enguias, queijo, rojões, vinho, carne assada, regueifa doce, broa

**Freguesia de Beduído**

**Artesanato:** utensílios agrícolas em ferro

**Gastronomia:** carne assada, broa de milho, dobrada e regueifa doce

**Freguesia de Canelas**

**Gastronomia:** padas

**Freguesia de Fermelã**

**Gastronomia:** vinho verde

**Freguesia de Pardilhó**

**Artesanato:** barcos moliceiros, mantas e tapetes de trapo, rodilhas, vassouras de junco e galrichos para a pesca das Enguias

**Gastronomia:** padas, sopa de enguias, enguias fritas, caldeirada de enguias

**Freguesia de Salreu**

**Artesanato:** tanoaria e miniaturas em madeira

**Gastronomia:** rojões, vitela assada e pão-de-ló

**Freguesia de Veiros**

**Artesanato:** esteiras de bunho (espécie de junco) – característico das zonas ribeirinhas e apresenta-se como uma variante do trabalho de costura.

**2.9. PATRIMÓNIO RELIGIOSO**

Património edificado que reflecte crenças religiosas e vivências de uma época que ainda ecoa nos dias de hoje. De acordo com Cálão (2010), no município de Estarreja existem sete Igrejas matriz e vinte e cinco capelas distribuídas pelas sete freguesias. No entanto, segundo dados da página web oficial da Junta de Freguesia de Salreu (<http://www.jf-salreu.pt>), existem neste lugar mais duas capelas, a de St.º António e a de Nossa Sr.ª da Conceição.

**2.9.1. FREGUESIA DE AVANCA**

Igreja Paroquial St.ª Marinha; Capela de St.º António; Capela de S. Salvador; Capela de St.º André; Capela de S. Sebastião; Capela de Água Levada;

**2.9.2. FREGUESIA DE BEDUÍDO**

Igreja Paroquial de S. Tiago; Capela de St.º António; Capela da Sr.ª da Luz; Capela de St.º Amaro; Capela de S. Joaquim; Capela de St.ª Bárbara; Capela de S. Filipe de Néri;

### 2.9.3. FREGUESIA DE CANELAS

Igreja Paroquial S. Tomé; Capela de St.º António; Capela de Nossa Sr.ª da Saúde;

### 2.9.4. FREGUESIA DE FERMELÃ

Igreja Paroquial S. Miguel; Capela de S. João; Capela da Sr.ª da Memória; Capela de S. Bartolomeu;

### 2.9.5. FREGUESIA DE PARDILHÓ

Igreja Paroquial S. Pedro; Capela de N. Sr.ª dos Remédios; Capela de St.º António;

### 2.9.6. FREGUESIA DE SALREU

Igreja Paroquial S. Martinho; Capela de N. Sr.ª do Monte; Capela de S. Sebastião; Capela de St.ª Cristina; Capela de St.º António; Capela de Nossa Sr.ª da Conceição;

### 2.9.7. FREGUESIA DE VEIROS

Igreja Paroquial S. Bartolomeu; Capela da Sr.ª da Ribeira; Capela de S. Geraldo; Capela de St.ª Luzia; Capela de S. Gonçalo (demolida).

## 2.10. PATRIMÓNIO POPULAR

Património que não se prende com edificações ou acontecimentos mas que vive e faz parte de um imaginário colectivo e cuja origem é desconhecida ou romanceada mas que pela sua importância são, em alguns casos, materializáveis. Por exemplo, as Alminhas, os locais de realização de festas, feiras e romarias, os palheiros, os lavadouros e fontanários. Veja-se a Fonte do Cavalo, na Freguesia de Veiros, cujo imaginário nos remete para a época das Invasões Francesas (1793 e 1823). Reza a memória de que aí terão bebido água os cavalos das tropas napoleónicas aquando da sua passagem. Ou então a Fonte do Esquinto, também na Freguesia de Veiros, cujo nome advém do lugar com o mesmo nome. Desconhece-se, contudo, a origem do nome mas sabe-se que a fonte data de 1860. Quem por ali passar poderá ler a seguinte inscrição: “Vindouros fazei melhor” (<http://www.jf-veiros.pt>).

Neste contexto insere-se também um vasto leque de **Património Oral ou Imaterial** como, por exemplo, as canções e as cantilenas, as superstições, as rezas/responsos, provérbios, a medicina popular (Rodrigues, 2011), as histórias que passavam de geração em geração, as lendas de “bruxas”, “mouras encantadas” e “grades de ouro”, os mitos do “poço sem fundo” ou os que da-

tam da Segunda Guerra Mundial e que povoam o imaginário dos avançanenses<sup>11</sup> (Cardoso, 2000).

### 2.11. PATRIMÓNIO NAVAL

Apesar de “por força do destino acabará por deixar de ser útil ao dia-a-dia” e de “terem desaparecido muitos estaleiros tradicionais” (Leite, 2007: 15-16), como é exemplo os de Salreu que o fogo colheu. Porém, ainda são visíveis, na freguesia de Pardilhó, nomeadamente na Ribeira da Aldeia, estaleiros de construção naval tradicionais, especialmente de moliceiros e mestres de embarcações que lhes conferem forma, cor e história. Os estaleiros, normalmente de forma rectangular, construídos em madeira e adobe de barro amassado, orientados para poente, onde os canais da Ria esperam ansiosamente pela embarcação que lhe irá cruzar as águas. Por sua vez, o moliceiro é talhado em madeira de pinheiro bravo e pinheiro manso, onde o compõem as pinturas, as velas e a ferragem.

### 2.12. PATRIMÓNIO NATURAL

Nos últimos anos, em Estarreja, tem crescido o interesse do município pelo seu património natural, não só pela preservação, manutenção e/ou recuperação de práticas agrícolas e tradições ligadas à ria, mas também pelos benefícios ao nível da saúde que a prática desportiva daí decorrente proporciona. Várias são as iniciativas que o município vai promovendo neste sentido: limpeza e reflorestação dos percursos, concursos de fotografia, passeios de bicicleta, acampamentos, cursos, por exemplo, de *birdwatching* (17 e 18 de Dezembro de 2011), palestras, acções de sensibilização, entre outras.

#### 2.12.1. ESTEIRO DA ALDEIA

**Localização:** Freguesia de Pardilhó

**Classificação:** Reserva Ecológica Nacional – Reserva Agrícola Nacional

**Descrição:** O Esteiro da Aldeia possui um cais com um comprimento aproximado de 150 m. As espécies de aves mais comuns são o Pato-real (*Anas platyrhynchos*), a Galinha-de-água (*Gallinula chloropus*), o Galeirão-comum (*Fulica atra*), a Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), o Milhafre-preto (*Milvus migrans*) e a Garça-vermelha (*Ardea purpurea*). Estas duas últimas espécies só ocorrem na época estival, sendo as restantes residentes, observando-se ao longo de todo o ano.

---

<sup>11</sup> Avançanense – habitante de Avanca.

### 2.12.2. ESTEIRO DA RIBEIRA DO MOURÃO

**Localização:** Freguesia de Avanca, Localidade Mourão

**Classificação:** Reserva Ecológica Nacional – Reserva Agrícola Nacional

**Descrição:** O Esteiro da Ribeira do Mourão encontra-se a nascente do canal do Esteiro da Ribeira Nova. Este local caracteriza-se por uma área de vários canais (ribeiras e esteiros) e por um amplo espaço envolvente (parte do canal do esteiro e do espaço envolvente estabelecem fronteira com o vizinho concelho de Ovar). Em tempos, serviu de cais aos barcos que efectuavam o transporte de mercadorias, apresentando um firme fluxo de pessoas e animais. As espécies mais observadas são as aves aquáticas, as aves de rapina, as aves da família dos Ralídeos (galinhas e frangos-de-água) e algumas aves do grupo dos passeriformes, bem como, diversos anfíbios, roedores aquáticos e outros pequenos mamíferos.

### 2.12.3. ESTEIRO DA RIBEIRA NOVA

**Localização:** Freguesia de Pardilhó

**Classificação:** Reserva Ecológica Nacional – Reserva Agrícola Nacional

**Descrição:** No Esteiro da Ribeira Nova, devido ao regime de marés no período de baixamar, são visíveis extensas faixas de lodo e areia, onde muitas aves limícolas, nomeadamente os Ostraceiros (*Haematopus ostralegus*), diversas espécies de Pilritos (*Calidris sp.*) e os Alfiates (*Recurvirostra avosetta*), procuram alimento na microfauna bentónica (vive enterrada no lodo) que nessa altura fica a descoberto, usando os seus compridos bicos para capturarem as suas presas favoritas. Esta área de Sapal é também habitada por outras aves características de zonas húmidas, tais como, a Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*) e a Narceja-comum (*Gallinago gallinago*), entre outras.

### 2.12.4. ESTEIRO DA TABUADA

**Localização:** Freguesia de Pardilhó

**Classificação:** Reserva Ecológica Nacional – Reserva Agrícola Nacional

**Descrição:** Nele habitam e são facilmente observadas duas espécies de aves de rapina típicas deste tipo de sistemas: a Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*) e o Milhafre-preto (*Milvus migrans*), este último apenas durante a estação quente, que possuem nesta área geográfica dois importantes núcleos populacionais. Também são avistadas nas redondezas o Peneireiro-de-dorso-malhado (*Falco tinnunculus*), o Falcão-tagarote (*Falco subutteo*) e a Águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*).

### 2.12.5. ESTEIRO DAS BULHAS

**Localização:** Freguesia de Pardilhó, Localidade Saltadouro

**Classificação:** Reserva Ecológica Nacional – Reserva Agrícola Nacional

**Descrição:** No Esteiro das Bulhas predomina o Caniçal, habitat característico do Sapal alto. Algumas das aves mais típicas, consoante a altura do ano, são a Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), a Garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o Pato-real (*Anas platyrhynchos*) o Milhafre-preto (*Milvus migrans*), a Águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), a Galinha-de-água (*Gallinula chloropus*), o Cuco-canoro (*Cuculus canorus*), a Alvéola-amarela (*Motacilla flava*), o Rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*) e o Pardal-comum (*Passer domesticus*). De entre os mamíferos mais comuns destacam-se o conhecido Rato-do-campo (*Microtus agrestis*), o cilíndrico Rato-de-água (*Arvicola sapidus*) e a inteligente Doninha (*Mustela nivalis*). Nos anfíbios verifica-se o domínio do Tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*), da Rã-verde (*Rana perezi*) e da Rela-comum (*Hyla arborea*). A Lagartixa-ibérica (*Podarcis hispanica*) é o réptil mais frequente. Quanto à vegetação, na zona de Sapal alto (na margem seca do Sapal) figura a Tamargueira (*Tamarix africana*), espécie naturalizada e o Caniço (*Phragmites australis*), na transição para os habitats dulciaquícolas, onde a Tabúa-larga (*Typha latifolia*) predomina.

#### 2.12.6. ESTEIRO DAS TEIXUGUEIRAS

**Localização:** Freguesia de Pardilhó, Localidade Teixugueiras

**Classificação:** Reserva Ecológica Nacional

**Descrição:** O Esteiro das Teixugueiras estabelece fronteira com o vizinho concelho da Murtoza. As espécies de animais mais observadas pertencem à família das aves aquáticas de que é exemplo o Pato-real (*Anas platyrhynchos*) e a Galinha de-água (*Gallinula chloropus*); à das aves de rapina cuja representante mais comum é a Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*); ao grupo dos passeriformes onde se destaca a Escrevedeira-dos-caniços (*Emberiza schoeniclus*); aos pequenos mamíferos predadores como a Doninha (*Mustela nivalis*); aos anfíbios como a Rela-comum (*Hyla arborea*) e aos roedores aquáticos, em particular a Ratazana-castanha (*Rattus norvegicus*).

#### 2.12.7. ESTEIRO DE CANELAS

**Localização:** Freguesia de Canelas

**Classificação:** Reserva Ecológica Nacional

**Descrição:** Neste Esteiro de Canelas possui um habitat raro em Portugal, exclusivo desta região, denominado de “bocage” e que é um tipo especial de terreno agrícola cercado por valas de água e sebes vivas de elevada biodiversidade. Ao nível ornitofaunístico, são comuns a Cegonha-branca (*Ciconia ciconia*), a Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), a Garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o Pato-real (*Anas platyrhynchos*), a Escrevedeira-dos-caniços (*Emberiza schoeniclus*), a Fuinhados-juncos (*Cisticola juncidis*), a Alvéola-amarela (*Motacilla flava*), o Rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*), o Milhafre-preto (*Milvus migrans*) e a Águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), além de várias espécies de chapins e toutinegras. O Rouxinol-pequeno-dos-caniços

(*Acrocephalus scirpaceus*) e a Alvéola-amarela (*Motacilla flava*) estão presentes apenas durante o período estival e nas passagens migratórias. É também um excelente habitat para alguns anfíbios, como por exemplo, a Rã-verde, (*Rana perezi*) a Rela-comum (*Hyla arborea*), o Tritão-de-ventrelaranja (*Triturus boscai*) e roedores aquáticos, nomeadamente o Rato-de-água (*Arvicola sapidus*). A Garça-vermelha (*Ardea purpurea*) nidifica no caniçal e é estival, chegando a esta zona, sensivelmente no mês de Março e, partindo no final da época de reprodução, em meados de Agosto no caso dos adultos, em Setembro ou mesmo Outubro no caso dos juvenis.

#### 2.12.8. ESTEIRO DE BEDUÍDO

**Localização:** Freguesia de Beduído

**Classificação:** Reserva Ecológica Nacional

**Descrição:** O Esteiro de Beduído ou Esteiro de Estarreja foi aberto artificialmente no século XIX, tendo sido um importante entreposto comercial. Aqui se transaccionava o sal, o moliço recolhido na região usado como fertilizante agrícola e cuja apanha mantinha os canais limpos e navegáveis, o peixe proveniente da Ria (destaque para as enguias, os adobes e a areia utilizados na construção civil), o junco (*Juncus sp.*) que era colhido nas famosas praias de junco da Ria e posteriormente utilizado nas camas do gado, ou para fazer as típicas esteiras, hoje quase em risco de desaparecerem, dado a falta de artesãos que as elaborem, ou ainda para atar os ramos das árvores ou videiras depois de efectuar a poda, entre outros bens produzidos na região. Ao nível da fauna e da flora, este Esteiro de Estarreja é o menos rico, visto ser urbanizado e o mais próximo do centro da cidade, sendo portanto o mais humanizado.

#### 2.12.9. ESTEIRO DE SALREU

**Localização:** Freguesia de Salreu, Localidade Travisqueira

**Classificação:** Reserva Ecológica Nacional – Reserva Agrícola Nacional

**Descrição:** É local de nidificação e alimentação, entre outras espécies, da Garça-vermelha (*Ardea purpurea*), da Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*) e do Milhafre-preto (*Milvus migrans*). Nas imediações estão situados os maiores núcleos populacionais destas espécies, no concelho de Estarreja, e no caso da Garça-vermelha é a maior colónia do país da espécie. Algumas destas espécies encontram-se ameaçadas e apresentam-se classificadas em termos de conservação. A Garça-vermelha é considerada como “em perigo” e a Águia-sapeira como “vulnerável”, de acordo com o recentemente revisto Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Na zona de sapal envolvente, é também possível observar o Pato-real (*Anas platyrhynchos*), a Galinha-de-água (*Gallinula chloropus*), o Perna-longa (*Himantopus himantopus*), a Garça-cinzenta (*Ardea cinerea*), a Garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*), o Guincho-comum (*Larus ridibundus*), diversas espécies de limícolas nas suas passagens migratórias, várias espécies de passeriformes, alguns residentes, outros nidificantes e outros ainda, invernantes na região.

#### 2.12.10. ESTEIRO DE VEIROS

**Localização:** Freguesia de Veiros, Localidade de Carvalhos

**Classificação:** Reserva Ecológica Nacional – Reserva Agrícola Nacional

**Descrição:** De entre a fauna observada destacam-se o Rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*), a Garça-vermelha (*Ardea purpurea*) e a Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*) por serem das mais características neste ecossistema. As duas primeiras são visitantes estivaes, permanecendo entre meados de Abril a Agosto e a última é residente, embora aumente de número no Inverno com a chegada dos indivíduos da população invernante.

#### 2.12.11. ESTEIRO DO NACINHO

**Localização:** Freguesia de Pardilhó, Localidade Nancinho

**Classificação:** Reserva Ecológica Nacional – Reserva Agrícola Nacional

**Descrição:** Habitat de eleição do Milhafre-preto (*Milvus migrans*) e da Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), que possuem neste local dois importantes núcleos populacionais. As áreas envolventes ao esteiro, terrenos agrícolas, possuem zonas de cultivo, nomeadamente de milho e forragens além de várias zonas de vegetação herbácea, arbustiva e arbórea que contribuem para a rica biodiversidade existente. São observáveis aves como o Cuco-canoro (*Cuculus canorus*), o Rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*), o Guincho-comum (*Larus ridibundus*), a Gralha-preta (*Corvus corone corone*), a Garça-boeira (*Bubulcus ibis*) e diversos passeriformes, comuns em terrenos agrícolas.

#### 2.12.12. SOBREIRO CENTENÁRIO

**Nome científico:** *Quercus suber* L. (pertence à família das FAGACEAE)

**Localização:** Freguesia de Veiros, Localidade S. Geraldo (Largo de São Geraldo e é propriedade da Paróquia da freguesia de Veiros)

**Classificação:** Interesse Público (classificado nos termos do Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938 e do Decreto-Lei n.º 100/93 de 2 de Abril de 1993)

**Descrição:** É característico pela folha persistente e pela sua casca (a cortiça), sendo renovada de nove em nove anos. A cortiça protege o Sobreiro dos fogos e serve de abrigo a várias espécies animais (sobretudo insectos) e vegetais (musgos, líquenes e algas). Floresce de Abril a Maio, caindo as bolotas durante o Outono. Actualmente os Sobreiros são protegidos por legislação específica que proíbe o seu abate e a sua substituição por outras espécies. No domínio cultural são várias as referências aos Sobreiros: na literatura, na poesia, na pintura, na arquitectura, na fotografia, na azulejaria na tapeçaria e artesanato e até na toponímia local.

### 2.13. BIORIA

A região do Baixo Vouga Lagunar, parte integrante da Ria de Aveiro, abrange uma área de cerca de 4600 hectares, englobando os Concelhos de Aveiro, Estarreja e Albergaria-a-Velha. No sentido de divulgar e proteger a comunidade faunística e florística, que constitui um inestimável Património Natural, implementou-se, ao longo das marinhas e dos Esteiros (Concelho de Estarreja), uma série de percursos de Natureza.

### 2.14. PERCURSOS

#### 2.14.1. PERCURSO DE SALREU

##### Indicações:

**Comboio:** sair no apeadeiro de Salreu.

**Carro:** Sentido Aveiro-saída de Estarreja pela IP5. Depois, siga pela EN109 até Salreu, onde encontrará a saída "Percurso de Salreu-BioRia". Se vier do Norte, pela A1 ou pela A29 (IC1), ou do Sul, pela A1, encontrará também uma saída para Estarreja. Entre na EN109 e, após passar pelo centro da cidade, continue para Sul em direcção a Aveiro.

**Coordenadas GPS:** 40.º43'56" N, 8.º34'07" W

**Distância a percorrer:** Cerca de 8 Km

**Duração do percurso:** Aproximadamente duas horas e meia

**Âmbito do percurso:** Ambiental, paisagístico, cultural e desportivo

**Grau de dificuldade:** Fácil (inexistência de desníveis)

**Época aconselhada:** Todo o ano

**Descrição:** O Percurso de Salreu cruza áreas designadas por sapal e paul, bem como terrenos de cultivo, essencialmente arrozais. É de natureza circular, tendo o seu início e término junto ao antigo porto de Salreu, na boca do Esteiro com o mesmo nome. Com uma extensão aproximada de 8,5 km, que podem ser realizados a pé ou de bicicleta, todo este percurso é acompanhado por placas ilustradas com informações sobre os ecossistemas, as espécies animais e vegetais, os seus costumes, bem como a melhor forma de os observar.

#### 2.14.2. PERCURSO DO RIO JARDIM (CANELAS)

##### Indicações:

**Comboio:** sair no apeadeiro de Salreu e ver as indicações (500m para sul).

**Carro:** Se vier de Aveiro pela EN109, em Canelas, siga "Percursos de Canelas – BioRia"; se vier do Norte, em Salreu, siga "Percurso de Salreu-BioRia, até ao Centro de Interpretação Ambiental.

**Coordenadas GPS:** 40.º43'26" N, 8.º33'52" W

**Distância a percorrer:** Cerca de 2 Km

**Duração do percurso:** Aproximadamente uma hora

**Âmbito do percurso:** Ambiental, paisagístico, cultural

**Grau de dificuldade:** Fácil (inexistência de desníveis)

**Época aconselhada:** Todo o ano

**Descrição:** O Percurso do Rio Jardim (Canelas) contempla parte das margens da linha de água doce que aflui às marinhas da Ria de Aveiro e passa por diversos habitats característicos da região. Ao longo dos seus 2 km de extensão em forma de “U”, poder-se-á fruir de paisagens e habitats, bem como de áreas sombrias proporcionada pela densa vegetação arbórea que acompanha as margens do Rio Jardim. Encontra-se dotado de painéis informativos onde são descritas as principais características e curiosidades de diversas espécies de fauna e flora típicas de zonas húmidas e de corredores ripícolas. Poderá também usufruir de estruturas de lazer, em especial da panorâmica oferecida pela torre de observação.

### 2.14.3. PERCURSO DO BOCAGE (CANELAS E SALREU)

#### Indicações:

**Comboio:** sair no apeadeiro de Canelas e ver as indicações a poente (300m para sul).

**Carro:** Se vier de Aveiro pela EN109, em Canelas, siga "Percurso de Canelas – BioRia"; se vier do Norte, em Salreu, encontrará a saída "Percurso de Salreu-BioRia".

**Coordenadas GPS:** 40.º42'19" N, 8.º33'52" W

**Distância a percorrer:** Cerca de 4 Km

**Duração do percurso:** Aproximadamente uma hora e meia

**Âmbito do percurso:** Ambiental, paisagístico, cultural e desportivo

**Grau de dificuldade:** Fácil (inexistência de desníveis)

**Época aconselhada:** Todo o ano

**Descrição:** O Percurso do Bocage, repartido pelas freguesias de Salreu e Canelas, tem o seu início no Ribeiro de Canelas, acompanha esta linha de água e termina a 100 metros para norte do início do Percurso do Rio Jardim. Ao percorrer os cerca de 4 km de extensão em forma de "U", destacam-se os diversos habitats característicos desta região. O denominado “Bocage” é um raro habitat característico do Baixo Vouga Lagunar que, em Portugal, apenas existe nesta região, sendo invulgar em toda a Europa. O Bocage é composto por um mosaico retalhado de campos agrícolas separados por sebes vivas (árvores e arbustos alinhados nas margens dos terrenos) e por estreitas valas de água. O Percurso do Bocage passa pelos principais locais das marinhas.

### 2.14.4. PERCURSO DO RIO ANTUÃ (BEDUÍDO E SALREU)

#### Indicações:

**Comboio:** sair na estação de Estarreja e ver as indicações a poente (500m para sul).

**Carro:** se vier de Aveiro pela EN109, em Salreu, virar em direcção ao Percurso de Salreu –

BioRia; se vier do Norte, seguir as "Praias" e após passar a ponte sobre a linha do caminho-de-ferro, na primeira rotunda sair na direcção "Esteiro".

**Coordenadas GPS:** 40.º44'49" N, 8.º34'27" W

**Distância a percorrer:** Cerca de 6 Km

**Duração do percurso:** Aproximadamente duas horas

**Âmbito do percurso:** Ambiental, paisagístico, cultural e desportivo

**Grau de dificuldade:** Fácil (inexistência de desníveis)

**Época aconselhada:** Todo o ano

**Descrição:** Com cerca de 6 km de extensão e em forma circular, este percurso acompanha o principal rio do concelho (Rio Antuã), entre as freguesias de Salreu e Beduído, com início junto ao Largo do Esteiro de Estarreja. Poder-se-á observar algumas das actividades tradicionais características da região, inúmeras espécies animais e de plantas, belas paisagens e habitats, alguns exclusivos desta fantástica zona húmida lagunar.

#### 2.14.5. CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL (SALREU)

##### Indicações:

**Localização:** início do Percurso de Salreu

**Horário:** Segunda a Sexta-Feira: 15h-19:30h | Fins-de-semana e Feriados: 9h-12h/15h:30h-19:30h (aberto diariamente de Junho a Setembro)

**Equipamento de apoio disponível:** binóculos, bicicletas, guias de campo e mp4 trilingue para visita virtual

**Contactos:** [www.bioria.com](http://www.bioria.com) | [bioria@cm-estarreja.pt](mailto: bioria@cm-estarreja.pt)

**Descrição:** O Centro de Interpretação Ambiental do BioRia, situado no início do Percurso de Salreu, é um ponto de encontro/acolhimento dos visitantes e de formação ambiental, visando a sensibilização do público para a importância do património natural. É um espaço explorado e intervencionado pela Câmara Municipal de Estarreja que pressupõe:

A explicação interactiva do Projecto BIORIA e dos seus percursos e o ponto de partida para todas as visitas organizadas;

A realização de palestras temáticas e actividades diversas;

O descanso para investigadores que, com cariz oficial, pretendam desenvolver trabalhos de investigação sobre o Projecto BIORIA e/ou sobre as espécies de fauna e flora existentes;

O abrigo para as bicicletas a utilizar por visitantes e investigadores.



### CAPÍTULO III. À DESCOBERTA DE ESTARREJA – ROTEIROS PARA O ENSINO BÁSICO

Favorecer o uso eficaz, eficiente e sustentável dos recursos, a investigação, a conservação, a criação, a produção, a difusão e o impacto social que o património tem na vida das sociedades, consagrando o direito de que possa ser legado às gerações mais novas e vindouras como matéria da sua identidade para que não pereça ou se deteriore, é um dos propósitos deste capítulo. Assim, sugerimos três actividades com o objectivo de dar a conhecer e de valorizar o património cultural estarrejense junto do público escolar, apesar da transversalidade das mesmas a todas as faixas etárias desde que contem, se necessário, com o apoio de um adulto. Embora o conceito já tenha sido explorado por Duarte na obra Educação Patrimonial, em 1993, pretendemos recriá-lo em Estarreja e de certa forma inovar, uma vez que é inédito este tipo de iniciativa neste município. Para projecto futuro, sugeríamos que estas actividades fossem implementadas e quiçá enriquecidas a nível de conteúdos e de *design*, e distribuídas nas escolas para que vejam o mundo pelos olhos do seu património.

#### 3.1. UM ROTEIRO PARA O PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL DE ESTARREJA

O roteiro é constituído por um folheto A4, tripartido, cujo interior concentra um mapa do concelho com identificação das respectivas freguesias e com sugestões do que se ver e visitar. O lado oposto reserva algumas curiosidades sobre Estarreja e mais sugestões que deliciam os cinco sentidos (gastronomia, ambiente, museus, arquitectura, tradição, etc.).

#### 3.2. UM PEDI-PAPER CULTURAL

**Objectivo:** conhecer, preservar e animar o património cultural e natural de Estarreja;

**Público-alvo:** a partir do 1.º Ciclo do Ensino Básico;

**Material necessário:** o roteiro apresentado neste trabalho com informações sobre o património cultural do concelho (a ser cedido pela Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Museus, Colectividades e associações) mas também devem enriquecer as informações com recurso ao jogo, ou por exemplo, fazendo pesquisas (quičá esta tese);

**Tempo de preparação:** ≈ 1 mês e meio. Os professores com recurso ao material facultado preparam os alunos;

**Traçado dos percursos:** feito por um júri composto por professores, membros da Junta de Freguesia e das associações/colectividades) e entregue aos professores responsáveis pelas turmas participantes quinze dias antes das provas;

**Quem pode concorrer:** ao mesmo tempo podem concorrer várias turmas de diferentes es-

colas mas com percursos diferenciados. Um professor designado para o efeito acompanha os alunos juntamente com um professor fiscalizador;

**Percursos:** os alunos recebem uma ficha informativa com as indicações do caminho a percorrer e os desafios a realizar. (Variante: este *pedi-paper* pode ser realizado, num primeiro momento, na freguesia de origem da sua escola; posteriormente poderá haver intercâmbios);

**Duração:** 1 hora, no máximo;

**Regras:** em caso de empate, a turma que demorou menos tempo, ganha. No final, o júri seleccionará as turmas que irão à final. As mesmas serão seleccionadas entre as que obtiverem 80% das respostas certas. A final será disputada na Praça Francisco Barbosa, utilizando a metodologia anterior.

**Observações:** em âmbito mais restrito e confinado somente à Casa dos Leites (actual Biblioteca Municipal) e nas comemorações do seu aniversário, em Outubro de 2010, foi realizado um *pedi-paper* que, para além de ter como objectivo promover o livro e a leitura, pressuponha (re)descobrir o espaço, a história e as estórias deste lugar com vários desafios. Os vencedores, de quatro grupos de 5 elementos do 4.º ano, foram os Círculos Amarelos.

### 3.3. À DESCOBERTA DE ESTARREJA – O JOGO

O jogo é constituído pelo tabuleiro de jogo em formato A3, 19 cartões *Sabias que...*, 3 dados e 3 marcas. Nele, os jogadores, têm penalidades e prémios que devem respeitar. As regras também estão explícitas no tabuleiro de jogo.

## CONCLUSÃO

A partir dos anos 60, a expansão da noção de património à escala planetária é impulsionada pela terceira revolução cultural, também de origem europeia, “a revolução electro-telemática” (Choay, 2005: 21). Assiste-se, então, a um movimento de tudo inventariar, principalmente nos países ocidentais devastados pela II Guerra Mundial. Como resultado dos efeitos da pós-modernidade e da globalização, este fenómeno teve repercussões no tempo e no espaço, nas relações entre sujeitos, na massificação da escolarização, na investigação científica, no ‘boom’ dos meios de comunicação. Com impactos profundos na cultura, nas práticas, nos comportamentos, isto é, nos modos de vida, interrogamos, actualmente, não só a noção e sentido de património no horizonte da mundialização mas também a sua recuperação duma espécie de amnésia em que durante séculos estivemos mergulhados. Assistimos ao emergir de duas abordagens, que não deixam de ter sectários e de estarem, de certa forma, validadas em convenções, cartas, leis e encontros mundiais e nacionais sobre o património, em que se valoriza, excessivamente, todos os testemunhos do passado, ora numa posição melancólica, saudosa ao urbano, ao rural, profundamente ameaçada na sua identidade; ora numa posição perversa sob a falácia da acção social, da formação que nos conduz ao consumo cultural e turístico. O que caracteriza, em geral, a nossa sociedade é a fragmentação não só do tempo, do espaço, da produção, das experiências, mas sobretudo das vivências, logo das identidades (individuas e colectivas), em constante “deslize” e aceleração, nesta imposição pós-moderna ditada pelo consumo insatisfeito e exacerbado.

Porém, a cultura, ainda que condicionada, não é (ou não deve ser) um mero holograma deste sistema. Ela é dotada de uma herança e trajectória específicas, validadas por histórias e memórias próprias, valores, significações e representações. A cultura gera uma dinâmica relacional, envolvendo o próprio sistema como actor em interacção. Mas a consequente democratização cultural e a sua expressão prática obrigam a um esforço imaginativo e criativo que proponham novos caminhos e a formação de novos públicos para que os resultados não sejam estéreis. Assiste-se, então, no final do Século XX e no princípio do Século XXI ao ‘boom’ da memória, onde a recuperação das referências tradicionais são uma exigência, assumindo-se como uma referência fundamental na produção de identidades sociais e culturais.

A memória, individual ou colectiva, é um reflexo de um passado construído no presente, numa fuga constante para o futuro. Por outras palavras, na contemporaneidade, o património

como valor de memória, projecta, no presente, uma imagem material e imaterial do passado, das nossas origens, que se constitui em significados. A função memorial é substituída pelo humanismo presente na capacidade que o ser humano tem de criar, onde a memória é cada vez mais mediada por mediadores não monumentais (a fotografia, as memórias electrónicas – blogues, diários, etc). A multiplicação do património é uma realidade. Mas a sua defesa, especialmente do património de tradição local nem sempre é levada a sério, pecando na defesa da causa, sendo votada à indiferença pela oposição vigorosa, falta de iniciativa ou dependente de querelas económicas e políticas, por um lado; e pecando pela circunscrição aos limites da região, evocando a superioridade das distinções locais. Mas a história também se faz com a vida social e quotidiana das pessoas anónimas, que são os sujeitos desse processo, porque são portadores dos conhecimentos, dos saberes, fazeres e da memória dos lugares, como, por exemplo, os moleiros, os barbeiros, as rendeiras, as doceiras, os alfaiates, as varinas, os amola-tesouras, os cesteiros, os ferreiros, as lavadeiras, os arroseiros e os artesãos em geral, profissões extintas ou em vias de extinção no Município de Estarreja. Porém, o papel da cultura não é o de uniformizar as culturas, sejam sozinhas ou extrapolando as fronteiras de um país, nem a produção em série de referências artificiais em museus, encenações, simulacros.

Estarreja, no âmbito cultural, tem vindo a apostar em programações educativas que visam promover e expandir, além-fronteiras municipais, os seus recursos, nomeadamente, patrimoniais, sobretudo através da edição (ou apoio à edição) de revistas e monografias. Porém, é de salientar também os programas com diversa nomenclatura e temporalidade mas de semelhante natureza na variada morfologia municipal de promoção, com grande destaque para o seu património natural, por exemplo, o Projecto Bioria. Aliando cultura e educação, procura-se aumentar e ampliar o consumo cultural e educativo dos cidadãos, independentemente da sua faixa etária, exigindo um nível de qualidade cada vez mais elevado e, paralelamente enaltecer, aos olhos dos munícipes, as políticas culturais e educativas do trabalho municipal. Mas não há educação sem cultura, pois esta é o início e o fim de todo o processo formativo. Todo o propósito educativo da escola e a acção cultural local, sem descuidar outros agentes, contribuem para contextualizar e identificar as necessidades socioculturais de uma determinada comunidade que, individual e/ou colectivamente, oferecem lazer criativo, fornecem valores, dão conhecimentos, mudam atitudes, isto é, educam em cultura. A cultura evidencia-se como força pedagógica crucial, cuja função educativa básica para a aprendizagem se efectiva nos processos de alfabetização cultural, participação e criação multifacetada. Todo e qualquer projecto educativo visa, entre outros, a criação de hábitos culturais e valores integradores com vista a uma sociedade cada vez melhor. Além do respeito pelos

traços de identidade específicos, o desafio da educação, no aprender a conviver, é o de construir e desenvolver uma identidade complexa de pertença múltipla (familiar, local, religiosa, política, nacional,, etc.). Mais do que um recurso pedagógico da escola, a cidade é um espaço vital de aprendizagem, de sabedoria e de convivência. De facto, actualmente, assiste-se, cada vez mais, ao estabelecimento de redes proximais entre a escola, instituições e agentes culturais e sociais, fomentando a *normalização cultural* desde a infância. A cidade moderna é cada vez mais perspectivada como um projecto cultural projectado na memória de lugares físicos e não-físicos, de ambientes, sensações, práticas de coexistência social, espaços de história, urbanidades, contemporaneidades, cheiros e sabores.

Ainda que haja tentativas em dar a conhecer, alertar para a degradação e desaparecimento do património cultural endógeno, na verdade, o Município de Estarreja carece de estudos aprofundados sobre os seus patrimónios oral ou imaterial, musical, culinário, etnográfico (de um modo geral), arqueológico, religioso, arquivístico, educativo, de âmbito particular (por exemplo, colecções), das elites, popular, molinológico, naval, industrial, cinematográfico, jornalístico, arquitectónico de construções em terra... e principalmente, falta um programa de educação patrimonial local, no sentido de desenhar e executar projectos ligados à semântica da cidade e de cada localidade em particular.

Por outro lado, tendo em conta as lacunas na abordagem desta temática, este trabalho tornou-se um instrumento de alerta não só para a preservação/recuperação de todo o tipo de património estarrejense mas também para a necessidade de se (re)pensar a educação patrimonial local e o resgate, sobretudo, do património local nas escolas, na população em geral e nas estratégias do município.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### LEGISLAÇÃO

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro – Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

### BIBLIOGRAFIA SOBRE EDUCAÇÃO E ANIMAÇÃO

- Cabello, M. J. (2003). Imaginar e instituir la educación globalizada. In J. B. Martínez (coord.), *Ciudadanía, poder y educación*. (pp. 35-55). Barcelona: Graò.
- Caride, J. A. (1985). Educación y Animación Sociocultural: la pedagogia social como modelo de intervención. In J. M. Quintana (coord.), *Fundamentos de Animación Sociocultural*. (pp. 94-127). Edição APAP (Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia).
- Caride, J. A. (2006). Animação Sociocultural, Globalização e Cidadania: a respeito da necessidade de uma nova pedagogia das culturas. In A. N. Peres & M. S. Lopes (coord.), *Animação, Cidadania e Participação*. (pp. 205-216). Edição da APAP (Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia).
- Chagas, M. (2006). Educação, Museu e Patrimônio: tensão, devoração e adjectivação. *Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN, n.º 3*.
- Costa, A. C. (s. d.). *Educação patrimonial como instrumento de Preservação*. Retrieved from <http://www.trilhamundos.com.br/Portals/13/Artigo%20Alcidea.pdf>
- Duarte, A. (1993). *Educação Patrimonial*. Lisboa: Texto Editora.
- Faure, E. et al. (1981). *Aprender a Ser. Aprender à être*. Lisboa: Bertrand.
- Felgueiras, M. L. (2005). Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. *Pro-Posições, n.º 16(1)*.
- Felgueiras, M. L. (2008). A história da educação na relação com os saberes histórico e pedagógico. *Revista Brasileira de Educação, n.º 13(39)*: 483-499.
- Grosjean, E. & Ingberg, H. (1980). Implicaciones de una política de animación sociocultural. In *Animación Sociocultural*. (pp. 71-134). Madrid: Ministério da Cultura.
- Lopes, J. T. (1996). *Tristes Escolas – Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano*. Porto: Edições Afrontamento.
- Lopes, M. S. (2006). *Animação Sociocultural em Portugal. Chaves: Intervenção*. Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Olmos, H. (2002). Educar en Cultura. *Revista Pensar Iberoamérica, n.º 0*.
- Pérez, V. V. (2006). Educação, Animação, Ócio e Tempo Livre (ou a escura noite onde todos os gatos são pardos). In A. N. Peres & M. S. Lopes (coord.), *Animação, Cidadania e Participação*. (pp. 149-154). Edição da APAP (Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia).
- Pose, H. M. (2006). Políticas culturais e políticas educativas: a sua necessária interdependência na cidade. In A. N. Peres & M. S. Lopes (coord.), *Animação, Cidadania e Participação*. (pp. 71-81). Edição APAP (Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia).
- Rodrigues, L. M. (2003). *A Educação Patrimonial no Ensino Básico: um estudo com professores da área de estudo do meio e das disciplinas de História e Geografia de Portugal e de História*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Rodrigues, M. F. (2011). *Tempo, Museologia e História da Educação: do fragmento à busca de unidade*. Paper presented at the II Forum Ibérico de Museologia da Educação, Viana do Castelo (no prelo).
- Sacristán, J. (2001a). El significado y la función de la educación en la sociedad y cultura globalizadas. *Revista de Educación, n.º extraordinário*: 121-142.
- Sacristán, J. (2001b). *Educar y convivir en la cultura global*. Madrid: Morata.

- Tedesco, J. C. (1995). *El nuevo pacto educativo: educación, competitividad y ciudadanía en la sociedad moderna*. Madrid: Anaya.
- Trilla, J. (2004). Conceito, exame e universo da animação socioeducativa. In J. Trilla (coord.), *Animação Sociocultural. Teorias, programas e âmbitos*. (pp. 19-44). Lisboa: Instituto Piaget.
- Ventosa, V. J. (1999). *Intervención socioeducativa*. 2.ª ed. Madrid: CCS.
- Ventosa, V. J. (2001). *Desarrollo y evaluación de proyectos socioculturales*. Madrid: CCS.

## BIBLIOGRAFIA SOBRE AS CIDADES EDUCADORAS

- Ander-Egg, E. (2006). A cidade educadora, como forma de fortalecimento da democracia e de uma cidadania activa e convencional. In A. N. Peres & M. S. Lopes (coord.), *Animação, Cidadania e Participação*. (pp. 156-193). Edição da APAP (Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia).
- Carta das Cidades Educadoras (Génova, revisada em 2004). Retrieved from <http://www.bcn.es/edcities/aice/adjunts/Carta%20Ciudades%20Educadoras%20%202004.pdf>
- Costa, A. F. (2002). *Memoria e Identidad de la Ciudad*. Paper presented at the VI Congreso Internacional de Ciudades Educadoras, Lisboa.
- Costa, J. N. (2007). *A planificação educativa dos municípios da área metropolitana do Porto segundo o conceito de cidade educadora*. Porto: Universidade Portucalense.
- Martinell, A. (1990). Proyección educative de las instituciones y de los recursos culturales de la ciudad. In AA. VV., *La ciudad educadora*. (pp. 281-290). Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona.
- Pinto, F. C. (2004). *Cidadania, Sistema Educativo e Cidade Educadora*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Simões, J. M. S. (2010). *Cidades em rede e redes de cidades: o movimento das cidades educadoras*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Villar, M. B. C. (2001). *A Cidade Educadora. Uma Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.

## BIBLIOGRAFIA SOBRE ESTARREJA CITADA E CONSULTADA

- Academia Nacional de Belas-Artes (org.). (1981). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ed.). (2004). *Patrimónios, II série, n.º 4*.
- Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ed.). (2003). *Patrimónios, II série, n.º 3*.
- Azevedo, C. (1988). *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Janeiro*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Fevereiro*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Março e Abril*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Junho*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Julho e Agosto*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Setembro e Outubro*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Barros, J. & Costa, S. M. (2003). *Festas e Tradições Portuguesas. Novembro e Dezembro*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.

- Cálão, H. (2010). Os inventários das Igrejas e Capelas das Paróquias dos Concelhos de Estarreja e Murtosa – Parte I. *Revista Terras do Antuã. História e Memórias do Concelho de Estarreja*, n.º 4., 55-100. Câmara Municipal de Estarreja. (1995). *Festas de Santo António e do Concelho de Estarreja*. Edição de Autor.
- Cardoso, C. A. R. S. (2000). *Subsídios para uma Monografia Histórica e Descritiva da Freguesia de Avanca*. 2.ª ed. Edição da Câmara Municipal de Estarreja.
- Castro, M. (2006). *Salreu, sua origem e costumes*. Estarreja: Riagráfica-Artes Gráficas, Lda.
- Costa, L. V. (1997). *Ernesto Korrodi. 1889-1944, arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ferreira, A. C. (2007). Moinhos e Moleiros do Concelho de Estarreja. *Revista Terras do Antuã. História e Memórias do Concelho de Estarreja*, n.º 1., 63-94.
- Ferreira, D. B. & Rodrigues, R. M. (coord.) (2009). *Estarreja – Cidade Município*. Edição da Câmara Municipal de Estarreja.
- Ferreira, D. B. (2008). Estarreja na Idade Média. Documentação dos séculos X a XIII. Separata da *Revista Terras do Antuã*, n.º 2.
- Ferreira, D. B. (2009). Casa dos Morgados de Santo António da Praça, em Estarreja (século XVIII). *Revista Terras do Antuã. História e Memórias do Concelho de Estarreja*, n.º 3., 43-78.
- Ferreira, D. B. (2009). Casa dos Morgados de Santo António da Praça de Estarreja. Separata da *Revista Terras de Antuã*, n.º 3.
- Ferreira, D. B. (dir.). (2007). *Revista Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, n.º 1.
- Ferreira, D. B. (dir.). (2008). *Revista Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, n.º 2.
- Ferreira, D. B. (dir.). (2009). *Revista Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, n.º 3.
- Ferreira, D. B. (dir.). (2010). *Revista Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, n.º 4.
- Fundação Calouste Gulbenkian. (1993). *Guia de Portugal – Vol. III, Tomo 1.º*, 3.ª ed.
- Leite, A. V. (2007). O Património Naval na Freguesia de Pardilhó. *Revista Terras do Antuã. História e Memórias do Concelho de Estarreja*, n.º 1, 15-28.
- Mattoso, J. (2011). *O Património e o seu papel cultural no contexto local e regional*. Paper presented at the II Jornadas de História e Património do Concelho de Estarreja, Estarreja.
- Moniz, E. (1920). *A nossa aldeia*. Edição da Câmara Municipal de Estarreja.
- Moniz, E. (1922). *Do Valor e da Saudade*. Discurso proferido na inauguração do obelisco de Homenagem aos soldados do Concelho de Estarreja mortos na I Grande Guerra. Edição da Câmara Municipal de Estarreja.
- Moniz, E. (1950). *A Nossa Casa*. Lisboa: Edição Paulino Ferreira.
- Neves, A. (2000). *A “Arte Nova” em Aveiro e seu Distrito*. 2.ª ed. Edição da Câmara Municipal de Aveiro.
- Neves, A., Semedo, E. & Arroiteia, J. (1989). *Aveiro - do Vouga ao Buçaco*. Lisboa: Editorial Presença.
- Oliveira, A. & Silva, F. (2009). *Estarreja e Murtosa nas memórias paroquiais de 1758*. Edição da Fundação Solheiro Madureira.
- Pereira, M. (2001). *Pardilhó Antigo*. Edição da Associação da Quinta do Resende.
- Pereira, M. (2005). Estradas antigas dos concelhos de Estarreja e Murtosa, *O Jornal de Estarreja*, n.º 4318, 11-11-2005: 13.
- Pereira, M. (2009). *Salreu – Património Construído*. Edição da Junta de Freguesia de Salreu.
- Pereira, M. (2010a). *História da Santa Casa da Misericórdia de Estarreja. 75 anos a servir (1935-2010)*. Edição Santa Casa da Misericórdia de Estarreja.
- Pereira, M. (2010b). *A Terra Marinhosa na Idade Média*. Edição da Junta de Freguesia de Veiros. Região de Turismo Rota Nova (ed.). (s. d.). *Rota da Arte Nova Aveiro-Portugal*. Aveiro: Gráfica Maiadouro.
- Rodrigues, R. M. (2011). *Património Imaterial – um conceito, uma realidade*. Paper presented at the II Jornadas de História e Património do Concelho de Estarreja, Estarreja.
- Silva, S. P. (1997). *Memórias da Feira de St.º Amaro*. Edição Câmara Municipal de Estarreja.
- Silva, S. P. (2001). *Enguias*. Estarreja: Rebelo-Artes Gráficas, Lda.
- Silva, S. P. (2007). *O Antuã no seu Acabar*. Edição do Autor.
- Tavares, D. (2008). *Francisco Farinhas. Realismo Moderno*. Porto: Dafne Editora.
- Tavares, J. (1997). *Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotto-Maior*. Palestra proferida no Rotary Clube de Estarreja. Estarreja: Rotary Clube de Estarreja.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- Almeida, A. A. M. et al. (1998). *O Património Local e Regional. Subsídios para um trabalho transdisciplinar*. Lisboa: Departamento do Ensino Secundário.
- Anico, M. & Peralta, E. (2004). *As políticas culturais autárquicas num contexto de globalização: processos e dinâmicas do património em Ílhavo e em Loures*. Paper presented at the VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.
- Anico, M. (2005). A pós-modernização da cultura: património e museus na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, n.º 23.
- Babelon, J-P. & Chastel, A. (1994). *La notion de patrimoine*. France: Editions Liana Levi.
- Barbosa, S. (2003). O património arquitetónico francês, a modernidade e o romance Notre Dame de Paris de Victor Hugo. *Polifonia*, n.º 6: 87-101.
- Barreto: S. (2003). A Bem ou a Mal: as incógnitas da protecção jurídica dos bens imateriais. In M. J. Ramos (coord.), *A Matéria do Património – Memórias e Identidades*. (pp. 37-45). Lisboa: Edições Colibri.
- Beckman, K. S. (2008). *O Património Cultural como estratégia de reestruturação da oferta turística em Centros Históricos: O caso de São Luís*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Braga, J. S. (1986). *A casa do “Brasileiro” e a paisagem rural do século XIX*. Separata das Comemorações do Dia Mundial da Comunidade Luso-Brasileira. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- Bunge, M. (2003). *Emergencia y convergencia*. Barcelona: Gedisa.
- Camargo, H. L. (2005). *Património Histórico e Cultural* (3.ª ed.). Brasil: Editora Aleph.
- Carta de Atenas (1931) Retrieved from <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>, consult. em 12 de Dezembro de 2010.
- Carta de Veneza (1964). Retrieved from <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>, consult. em 12 de Dezembro de 2010.
- Choay, F. (2005). *Património e Mundialização*. (2.ª ed.). Lisboa: Editora Licorne.
- Choay, F. (1996). *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Éditions du Seuil.
- Eliot, T. S. (1996). *Notas para uma definição de Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI, Lda.
- Enne, A. L. S. (2004). Memórias globalizadas e a construção de futuros possíveis. *E-Compós – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Vol.1: 1-12.
- França, J. A. (1996). O património cultural – sentido e evolução. In J. Miranda, J. M. Claro & M. T. Almeida (coords.), *Direito do Património Cultural*. (pp. 23-39). Lisboa: INA.
- Galhardo, M. (1996). As Convenções da UNESCO no domínio do património cultural. In J. Miranda, J. M. Claro & M. T. Almeida (coords.), *Direito do Património Cultural*. (pp. 95-110). Lisboa: INA.
- Giddens, A. (1992). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Goody, J. (1977). *The domestication of the savage mind*. London: Cambridge University Press.
- Guillaume, M. (2003). *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.
- Hartog, F. (2006). Tempo e Património. *Varia Historia*, v. 22, 261-273.
- Hollerbach, J. D. G. (2009). Património, Museu e Memória na construção do conhecimento histórico. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n.º 40: 133-142.
- Icomos (1999). Carta Internacional do Turismo Cultural. Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial. México. Retrieved from [http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AsActividade/ProdutoseDestinos/Documents/Doc10\\_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AsActividade/ProdutoseDestinos/Documents/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf), consult. em 13 de Janeiro de 2011
- Jorge, J. D. C. (2003). A Matéria do Património. In M. J. Ramos (coord.), *A Matéria do Património – Memórias e Identidades*, pp. 11-16. Lisboa: Edições Colibri.
- Jorge, V. O. (2005). *Vitrinas muito iluminadas – interpelações de um arqueólogo à realidade que o rodeia*. Porto: Campo das Letras.
- Le Goff, J. (1984a). Memória. In *Enciclopédia Einaudi. Memória-História*, pp. 11-50. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Le Goff, J. (1984b). Documento/Monumento. In *Enciclopédia Einaudi. Memória-História*, pp. 95-106. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Leite, A. C. (2003). Lisboa: Memórias da Cidade Intangível. In M. J. Ramos (coord.), *A Matéria do Património – Memórias e Identidades*, pp. 23-27. Lisboa: Edições Colibri.

- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2010). *A cultura-mundo. Resposta a uma sociedade desorientada*. Lisboa: Edições 70.
- Lipovetsky, G. (1993). Cultura de la conversación y sociedade postmoderna. In *La cultura de la conservación: 77-93*. Madrid: Fundación Cultural Banesto.
- Lopes, F. & Correia, M. B. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Maffesoli, M. (2001). *O eterno instante. O retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Martinell, A. (2001). *La gestion cultural: singularidade profesional y perspectivas de futuro* (Recopilación de textos). Retrieved from [http://www.gestionculturana.org/attachments/149\\_gestion\\_cultural\\_alfons\\_martinell.pdf](http://www.gestionculturana.org/attachments/149_gestion_cultural_alfons_martinell.pdf)
- Martins, G. O. (2007). *Portugal – Identidade e Diferença. Aventuras da Memória*. Lisboa: Edições Gradiva.
- Martins, G. O. (2008). *Património, Herança e Memória. A cultura como criação*. Lisboa: Edições Gradiva.
- Mendes, J. A. (1995). A arqueologia industrial ao serviço da história local. *Revista de Guimarães, n.º 105*, pp. 203-218.
- Meneses, J. N. C. (2004). *História & Turismo Cultural*. São Paulo: Autêntica Editora.
- Miranda, J. A. B. (2002). *Teoria da Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI.
- Mitchell, W. J. (1995). *City of Bits: space, place, and the infobahn*. Cambridge (MA): MIT Press.
- Monteiro, M. (2000). Representações materiais do "Brasileiro" e construção simbólica do retorno. *Revista Camões, n.º 11*.
- Moreira, C. D. (1996). *Identidade e diferença. Os desafios do pluralismo cultural*. Lisboa: Universidade Técnica.
- Ost, F. (2002). Gerações Futuras e Património. In *As Chaves do Século XXI*. (pp. 223-230). Lisboa: Instituto Piaget.
- Pais, J. M. (1999). *Consciência Histórica e Identidade: os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*. Oeiras: Celta Editora.
- Peralta, E. (2000). Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural. *Antropológicas, n.º 4*: 218-224.
- Pinto, F. (2003). Ler o Património. In M. J. Ramos (coord.), *A Matéria do Património – Memórias e Identidades*. (pp. 17-21). Lisboa: Edições Colibri.
- Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos, vol. 2, n.º 3*: 3-15.
- Prats, L. (1997). *Antropologia e Património*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A.
- Queirós, E. (1978). *Uma campanha alegre*, vol. 2: 87-89. Porto: Edições Lello.
- Rèmond-Gouilloud, M. (2002). Prospectiva da noção de património. In *As Chaves do Século XXI*. (pp. 217-222). Lisboa: Instituto Piaget.
- Rocha, M. J. M. (1996). Património – a autenticidade da qualidade. *Espaço e Memória – Revista do Património, 1*: 13-21.
- Rodrigues, M. (2005). Preservar e consumir: o património histórico e o turismo. In P. P. Funari & J. Pinsky (orgs.). *Turismo e Património Cultural*. São Paulo: Editora Contexto.
- Santos, M. L. (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. Viseu: Observatório das Actividades Culturais.
- Silva, A. S. & Jorge, V. O. (orgs.) (1993). *Existe uma cultura portuguesa?*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, J. H. P. (1978). Pretérito Presente. Paper Presented at the *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaça.
- Smith, A. D. (1991). *A Identidade Nacional* (C. Brito, Trans. 1.ª ed.). Lisboa: Gradiva – Publicações.
- Torres, C. & Jorge, V. O. (coords.) (1999). *A arqueologia e os outros patrimónios*. Porto: ADECAP.
- Unesco (1997). *Nuestra diversidad creativa. Informe de la Comisión Mundial de Cultura Y Desarrollo*. Madrid: Fundación Santa María.
- Veloso, M. (2006). O Fetiche do Património. *HABITUS, V. 4*, 437-454.

## SÍTIOS DA INTERNET<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Consultados em 17 de Agosto de 2011

<http://www.bioria.com>  
<http://www.cm-estarreja.pt>  
<http://www.jf-beduido.pt>  
<http://www.portodesempre.pt>  
<http://www.jf-avanca.pt>  
<http://www.jf-pardilho.pt>  
<http://www.jf-salreu.pt>  
<http://www.jf-veiros.pt>  
[http://www.turismodocentro.pt/pt/produtos\\_3/casa-museu\\_marieta\\_solheiro\\_madureira\\_.a398.html](http://www.turismodocentro.pt/pt/produtos_3/casa-museu_marieta_solheiro_madureira_.a398.html)  
<http://www.fundacaomadureira.com>  
<http://museuegasmoniz.cm-estarreja.pt>  
<http://estarreja.libware.net/portalweb/>  
<http://cultura.portaldomovimento.com>  
<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74893/>  
[http://ndsim.esec.pt/pagina/old/percursos/conc\\_patr\\_ver.php?con=26&art=335](http://ndsim.esec.pt/pagina/old/percursos/conc_patr_ver.php?con=26&art=335)  
<http://www.molinology.org>  
<http://www.moinhosdeportugal.org>  
<http://portugalparanormal.com/index.php?topic=10947.0;wap2>  
[http://ebemoniz.prof2000.pt/projectos/7a\\_ap/historia/Historia.htm#artesa](http://ebemoniz.prof2000.pt/projectos/7a_ap/historia/Historia.htm#artesa)  
[http://www.bcn.es/edcities/aice/estatiques/espanyol/sec\\_charter.html](http://www.bcn.es/edcities/aice/estatiques/espanyol/sec_charter.html)  
<http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubPaisosAc.do#Portugal>, consult. em 06 de Outubro de 2011.